



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial: Paulo Roberto de Carvalho Rêgo

Rua Dr.Miguel Couto, 44 - Centro

Tel.: (XX11) 3104-8770 - Email: pj@1rtd.com.br - Site: www.1rtd.com.br

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

Nº 490.706 de 15/12/2023

Certifico e dou fé que o documento eletrônico, contendo **79 (setenta e nove) páginas** (arquivo anexo), foi apresentado em 29/11/2023, protocolado sob nº 583.094, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **490.706** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 no Livro de Registro A deste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULACAO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

CNPJ nº 37.264.809/0001-30

Natureza:

ATA NOVO ESTATUTO ELETRÔNICO E ELEIÇÃO

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

CARLOS ALBERTO LAURITO:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI:99633485800(Padrão: ICP-Brasil)
BRUNA RODRIGUES DE PAULA BOUÏSSOU:00148185665(Padrão: ICP-Brasil)
EUGENIO JOSE BOCHESE MENDES:59628758691(Padrão: ICP-Brasil)
EDUARDO DINIZ LONGO STAINO:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
D4S SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA:23691353000180(Padrão: ICP-Brasil)
SERGIO FRANCA LEAO:16152131634(Padrão: ICP-Brasil)
LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA:(Padrão: Privado(não ICP-Brasil))
SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN:31856233715(Padrão: ICP-Brasil)

As assinaturas digitais qualificadas, com adoção do padrão ICP-Brasil, são verificadas e validadas pelo registrador, de acordo com as normas previstas em lei. No caso de assinaturas eletrônicas com utilização de padrões privados(não ICP-Brasil), o registrador faz apenas uma verificação junto à empresa responsável pelo padrão, a quem cabe a responsabilidade pela validade das assinaturas.

São Paulo, 15 de dezembro de 2023

Assinado eletronicamente

Adriana Araujo Paulo Rego

Escrevente Autorizado

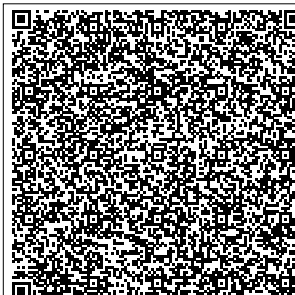
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsp.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00211756150713051



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1115914PJEE000071826DA23P

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

Ilustríssimo Senhor,

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL.

REQUERIMENTO

O Sr. **SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN**, e-mail: sergio.etchegoyen@ibric.org.br, telefone: (61) 99986-0500, brasileiro, maior, casado, militar, portador da Cédula de Identidade RG nº 038.306.471-4 e inscrito no CPF/MF sob nº 318.562.337-15, residente e domiciliado na Av. Pedro Adams Filho, 6.092, Apto 602, CEP 93.315-544, Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul; e o engenheiro civil **Sr. SERGIO FRANÇA LEÃO**, e-mail sergio.leao@ibric.org.br, telefone (11) 98927-0041, brasileiro, maior, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-11.845.144, inscrito no CPF/MF sob o nº 161.521.316-34, residente e domiciliado na Rua Gonçalves Dias, 2.429, Apto 701, CEP 30.140-094, Belo Horizonte, Minas Gerais, ambos, respectivamente, Diretor Presidente e Diretor do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, inscrito no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Victoria Plaza, localizado na Alameda Santos, 200, 9º andar – Paraíso, CEP 01.418-000, serve-se da presente para requerer a Vossa Senhoria o registro e arquivamento dos instrumentos em anexo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

SERGIO
WESTPHALEN
ETCHEGOYEN:31856
233715

Assinado de forma digital
por SERGIO WESTPHALEN
ETCHEGOYEN:31856233715
Dados: 2023.10.24 10:29:12
-03'00'

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN
DIRETOR PRESIDENTE DO IBRIC

SERGIO FRANÇA
LEAO:16152131
634

Assinado de forma digital
por SERGIO FRANÇA
LEAO:16152131634
Dados: 2023.11.28
16:52:55 -03'00'

SERGIO FRANÇA LEÃO
DIRETOR DO IBRIC

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO

NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

CNPJ 37.264.809/0001-30

(**"Instituto"**)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGE

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023

I. DATA, HORA E LOCAL: aos 18 dias do mês de outubro de 2023, foi realizada, às 14:30, por videoconferência e presencialmente, na sede do SINICESP, localizada na Avenida Rebouças, 3443 – Pinheiros – São Paulo – SP, a Assembleia Geral Extraordinária do Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura - IBRIC, amparado nos Artigos 16º, 17º, 18º, 19º e 20º do Estatuto Social do Instituto.

II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: todos os associados devidamente convocados, na forma do artigo 18 do Estatuto Social, por meio de avisos enviados para seus endereços eletrônicos cadastrais bem como por edital publicado e disponível no site do Instituto desde 09 de outubro de 2023, disponível juntamente com toda a documentação suporte relacionada às deliberações a serem tomadas na Assembleia. Estando presentes os associados do IBRIC, após constatar o quórum estatutário de membros, os quais nomeados e assinados na lista de presença, que é parte inseparável da presente ata (**Anexo I**), o Sr. Presidente, declarou regularmente instalada à assembleia geral, falando da impossibilidade de realizar a eleição na data correta para a nova composição do Conselho Deliberativo, de acordo estatuto em vigor, por falta de candidatos naquele momento e acrescenta que no período de **06/10/2023**, até a presente data, esteve com os demais pares a frente do Conselho Deliberativo da entidade, respondendo judicial e extrajudicialmente e jamais deixou o conselho sem a devida administração. Não obstante, informa o Sr. Presidente, que até a presente data, não houve qualquer tipo de impugnação ou questionamento quanto à sua validade jurídica, ou quanto aos atos praticados. Ainda com a palavra o Sr. Presidente propôs a ratificação de todos os atos

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

praticados desde aquela época até a presente data, o que, após votação, foi aprovado pela unanimidade dos presentes.

III. MESA: Presidente da Mesa: Sr. Luiz Gonzaga Alves Pereira e Secretária: Sra. Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro.

IV. ORDEM DO DIA: **(1)** Escolha do Presidente da Mesa para dirigir os trabalhos da Assembleia Geral; **(2)** Ratificação dos Atos Administrativos; **(3)** Proposta de alteração da Seção VI – Conselho de Ética e Integridade – Artigos 40º ao 48º – Competências e outras funções atribuídas ao Conselho de Ética e Integridade. Submissão à Assembleia Geral para decisão sobre alterações propostas para os Artigos e aprovadas pelo Conselho Deliberativo; e alteração da numeração dos demais artigos subsequentes; e **(4)** Eleição para membros do Conselho Deliberativo com mandatos vencendo em outubro de 2023, sendo permitida a reeleição conforme estatuto aprovado em AGE do dia 02 de agosto de 2023.

V. DELIBERAÇÕES TOMADAS: os associados presentes decidiram por unanimidade:

1 – ESCOLHA DO PRESIDENTE DA MESA PARA DIRIGIR OS TRABALHOS DA ASSEMBLEIA GERAL. Foram eleitos por unanimidade dos presentes, como presidente da mesa, o Sr. Luiz Gonzaga Alves Pereira e a Dra. Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro, como secretária.

2 – RATIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. O Presidente de Mesa, Sr. Luiz Gonzaga Alves Pereira, ratificou os atos administrativos conforme informados no item II.

3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA SEÇÃO VI – CONSELHO DE ÉTICA E INTEGRIDADE – ARTIGOS 40º AO 48º – COMPETÊNCIAS E OUTRAS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS AO CONSELHO DE ÉTICA E INTEGRIDADE. SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA GERAL PARA DECISÃO SOBRE ALTERAÇÕES PROPOSTAS PARA OS ARTIGOS E APROVADAS PELO CONSELHO DELIBERATIVO; E ALTERAÇÃO DA NUMERAÇÃO DOS DEMAIS ARTIGOS SUBSEQUENTES. O Diretor de Sustentabilidade, Sr. Sergio França Leão e o Presidente da Mesa, Sr. Luiz Gonzaga Alves Pereira, apresentaram aos associados e a Diretoria a proposta de alteração da Seção VI,

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

sendo aprovada por unanimidade por todos os presentes, constando nesta ata como **Anexo II**.

4 – ELEIÇÃO PARA MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO COM MANDATOS VENCENDO EM OUTUBRO DE 2023, SENDO PERMITIDA A REELEIÇÃO CONFORME ESTATUTO APROVADO EM AGE DO DIA 02 DE AGOSTO DE 2023. Por unanimidade dos votos, foi aprovada a reeleição de 90% dos membros do Conselho Deliberativo do Instituto, para o mandato de dois anos, até 17 de outubro de 2025, apenas o Conselheiro, Sr. José Guilherme Cruz Souza, não teve a renovação do mandato para o cargo.

4.1 – como membros indicados pela Assembleia Geral:

4.1.1 – A Sra. **LETÍCIA GERACI LIMA**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade Profissional OAB/RJ nº 155.819, inscrita no CPF sob o nº 101.326.957-82, e-mail leticia.geraci@grupoaguasdobrasil.com.br, com endereço comercial situado Avenida Marques do Paraná, nº 110, Centro, CEP: 24.030- 211, Niterói – RJ.

4.2 – Como membros provenientes de Associadas do Setor:

4.2.1 – O Sr. **ALEXANDRE MOREIRA BALTAR**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador do Documento de Identidade RG nº 3.753.639-SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 820.243.084-49, e-mail abaltar@oec-eng.com, com endereço comercial situado na Av. das Nações Unidas, 14.401 – 4º andar – Torre Aroeira, Parque da Cidade, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, São Paulo – SP;

4.2.2 – O Sr. **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, brasileiro, engenheiro eletrônico, casado, portador do Documento de Identidade RG nº 10.667.823 – SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 068.256.926-74, e-mail eduardo.staino@agnet.com.br, com endereço comercial situado na Av. das Nações Unidas, 12.495 – 5º andar, Brooklin, CEP: 04.578-000, São Paulo – SP; e

4.2.3 – O Sr. **EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador do Documento de Identidade RG nº M-1.313.897 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 596.287.586-91, e-mail eugenio.mendes@mendesjunior.com, com endereço

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

comercial situado à Rua Pedroso Alvarenga, 1.046 – 11º andar, conjuntos 113 a 116, Itaim Bibi, CEP: 04.531-004, São Paulo – SP.

4.3 – como membros provenientes dos Associados Apoiadores:

4.3.1 – A Sra. **BRUNA RODRIGUES DE PAULA BOUISSOU**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade RG nº M-9.085.626 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 001.481.856-65, e-mail bbouissou@azevedosette.com.br, com endereço comercial situado à Rua Paraíba, 1000, Térreo, CEP: 30.130-145, Belo Horizonte – MG; e

4.3.2 – O Sr. **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**, brasileiro, engenheiro civil, portador do Documento de Identidade RG nº 10.940.930-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 061.580.806-91, e-mail: lgonzaga@valorizaresiduosbyablp.org.br, com endereço comercial situado ao Largo Padre Péricles, 145, 18º andar – sala 182, Barra Funda, CEP: 01.156-040, São Paulo – SP.

4.4 – como membros provenientes de Entidades Setoriais:

4.4.1 – O Sr. **CARLOS ALBERTO LAURITO**, brasileiro, economista, divorciado, portador do Documento de Identidade RG nº 6.799.760-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 662.416.858-72, e-mail laurito@brasinfra.org.br, com endereço residencial situado na Avenida Padre Arlindo Vieira, 1.035 – bloco 2, apto. 36, Vila Vermelha, CEP: 04.297-000, São Paulo – SP; e

4.4.2 – A Sra. **SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade OAB/RJ nº 117.009, inscrita no CPF sob o nº 082.687.437-19, e-mail: silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br, com endereço comercial situado à Rua Lauro Muller, 216 – sala 2202 – Torre do Rio Sul, Botafogo, CEP: 22.290-160, Rio de Janeiro – RJ.

4.5 – como membro proveniente da Sociedade Civil:

45.1 – O Sr. **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, brasileiro, sociólogo, casado, portador do Documento de Identidade RG n. 6.856.682-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n. 996.334.858-00, e-mail caio.magri@ethos.org.br, com endereço residencial situado à Rua Lisboa, 225 – apto. 43, Pinheiros, CEP: 05.413-000, São Paulo – SP.

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **490.706** em **15/12/2023** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Após a eleição dos membros do Conselho Deliberativo, a Assembleia, por unanimidade dos votos, conforme previsto no § 2º do artigo 21º do Estatuto Associativo, Anexo II desta Ata, elegeu como Presidente do Conselho Deliberativo o Conselheiro, Sr. **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA** e como Vice-Presidente, a Conselheira, Sra. **SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO**.

Os Conselheiros eleitos, inclusive o Presidente e a Vice Presidente, assinam esta ata e desde logo declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, aceitando o encargo e tomando posse de seus cargos mediante assinatura dos termos de Posse anexos (**Anexo III**).

VI. ENCERRAMENTO, LEITURA E LAVRATURA DA ATA: nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram declarados encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, debatida e aprovada, assinada pelo presidente e secretária de mesa.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA
Data: 28/11/2023 12:24:43-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Luiz Gonzaga Alves Pereira

Presidente da Mesa

Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro

Secretária


Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

ANEXO I
LISTA DE PRESENÇA
REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023

ASSOCIADO	REPRESENTANTE	EMAIL REPRESENTANTE
ABREMA	Luiz Gonzaga Alves Pereira	lgonap@outlook.com
SINICON	Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro	silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br
Azevedo Sette Advogados	Bruna Rodrigues de Paula Bouissou	bbouissou@azevedosette.com.br
BRASINFRA	Carlos Alberto Laurito	laurito@brasinfra.org.br
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Eduardo Diniz Longo Staino	eduardo.staino@agnet.com.br
Grupo Águas do Brasil	Letícia Geraci Lima	leticia.geraci@grupoaguasdobrasil.com.br
IBRIC	Marcelo Martins	marcelo.martins@ibric.org.br
IBRIC	Paulo de Tarso Artêncio Muzy	paulomuzy@usp.br
IBRIC	Sergio França Leão	sergio.leao@ibric.org.br
IBRIC	Sergio Westphalen Etchegoyen	sergio.etchegoyen@ibric.org.br
IBRIC	Valdir Moysés Simão	vsimao@warde.com.br
Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	Caio Magri	caio.magri@ethos.org.br
Instituto Valoriza Resíduos by ABLP	João Giansesi Netto	joaogiansesi@uol.com.br
Loga Ambiental	Luciana Nobemassa	lcarvalho@loga.com.br
Mendes Júnior	Eugênio José Bocchese Mendes	eugenio.mendes@mendesjunior.com.br
Nova Participações	Maria Clara Alves Araújo	maria.araujo@novaengevix.com.br
OEC S.A.	Alexandre Moreira Baltar	abaltar@oec-eng.com
Vital Ambiental	Décio Vieira de Araújo	daraujo@vitalambiental.com.br

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA
Data: 28/11/2023 12:28:41-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Luiz Gonzaga Alves Pereira
Presidente da Mesa

Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro
Secretária

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Documento Presidente de Mesa

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

1 NOME E SOBRENOME: LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA

2 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 22/11/1949, UBERABA, MG

3 DATA EMISSÃO: 22/02/2023

4 Nº DO DOCUMENTO / DRG / DRIVER / UF: 10940930 SSP SP

5 Nº REGISTRO: 00979504503

6 CAT. HAB: D

7 ASSINATURA DO PORTADOR: ROSARIA ALVES ANGOTI

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
LOCAL: SÃO PAULO, SP
SÃO PAULO

Documento Secretária de Mesa

CNH Digital
Departamento Nacional de Trânsito

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF: 117009 GAB RJ

CPF: 082.687.437-19

DATA NASCIMENTO: 06/03/1978

FILIAÇÃO: ROBERTO CORTES DE LACERDA
HELENA DA ROSA CORTES DE LA CERDA

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 00117144177

VALIDADE: 13/09/2031

1ª HABILITAÇÃO: 29/07/1996

ASSINATURA DO PORTADOR: [Assinatura]

LOCAL: RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO: 15/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
57010801167
RJ387028587

RIO DE JANEIRO

DENAT Iniciar CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34



8 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 28 de November de 2023,
15:42:55



Anexo I - Ata da Reuniao da AGE - Dia 18 out 2023 assinado assinado pdf

Código do documento 4c92f85a-0e70-49ab-861f-1f8e720305ab



Assinaturas



SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO
Certificado Digital
silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br
Assinou

Eventos do documento

28 Nov 2023, 14:06:20

Documento 4c92f85a-0e70-49ab-861f-1f8e720305ab **criado** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-11-28T14:06:20-03:00

28 Nov 2023, 14:06:41

Assinaturas **iniciadas** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-11-28T14:06:41-03:00

28 Nov 2023, 15:31:58

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO **Assinou** Email: silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br. IP: 187.102.134.82 (mvx-187-102-134-82.mundivox.com porta: 42584). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO. - DATE_ATOM: 2023-11-28T15:31:58-03:00

Hash do documento original

(SHA256):28c6dd6b67d31a8290d13bb44f0d3a5d508ec5fb8457ab4201e54b6b901c6bcc
(SHA512):f370f587203e561fb1ed48cee895975b4f622ecd2d8164fd6b44d7ebd7dcad8f2fd787b4a85b5f0db38346dbef535cf5191657023a801e8fa39d28a87870d3d4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

ESTATUTO ASSOCIATIVO

INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

CNPJ 37.264.809/0001-30

ATUALIZADO NA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO 2023

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE

Artigo 1º. O Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura, doravante denominado simplesmente “Instituto”, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, de âmbito nacional, com prazo de duração indeterminado, que se regerá pelo presente estatuto associativo (“Estatuto”) e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º. O Instituto tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Edifício Victoria Plaza, localizado na Alameda Santos, 200, 9º andar – Paraíso, CEP 01418-000, podendo abrir, transferir e encerrar estabelecimentos e escritórios em qualquer parte do país e no exterior, conforme decisão da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO II – MISSÃO E OBJETO SOCIAL

Artigo 3º. O Instituto tem como missão e objetivos principais promover o fortalecimento do Setor de Infraestrutura, através das seguintes atividades e finalidades de relevância pública e social:

- Instituir a autorregulação do Setor de Infraestrutura;
- Promover os valores da ética, integridade, sustentabilidade, meio ambiente, governança corporativa, melhores práticas e responsabilidade social mediante a elaboração de normas e procedimentos de autorregulação, fiscalizar ações de conformidade adotadas pelos Associados e indicar correções e melhorias;
- Conferir a seus Associados certificações, selos, distinções, insígnias e reconhecimentos, relativos à conformidade de programas anticorrupção, defesa da concorrência, sustentabilidade, meio ambiente e infraestrutura, dentre outros, na forma a ser regulamentada pela Diretoria Executiva, com apoio dos Comitês;
- Promover a transparência e colaborar no desenvolvimento, na implantação, no aprimoramento e no fortalecimento da ética, da integridade, da sustentabilidade, da governança corporativa, de medidas anticorrupção e pró-competitivas, e de melhores

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

práticas nas contratações públicas e privadas envolvendo projetos de infraestrutura de que participarem seus Associados;

- e) Colaborar com os setores público e privado na persecução de valores comuns que digam respeito à ética, integridade, combate à corrupção, fomento à concorrência, proteção do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social;
- f) Investir em ações educativas e culturais voltadas para o setor;
- g) Promover diálogo, intercâmbio, sinergias, alianças, parcerias estratégicas, acordos de cooperação nacionais ou internacionais, firmar memorando de entendimentos e outras formas de atuação conjunta entre seus Associados, o poder público e a sociedade civil, tendo sempre em vista os objetivos associativos; e
- h) Organizar e promover reuniões, eventos sociais, culturais, educativos, treinamentos, palestras, seminários, congressos, cursos, *workshops*, simpósios, painéis, visitas técnicas, *think tanks*, residências e intercâmbios com vistas à divulgação das atividades, ao fomento da educação corporativa e à promoção de seus objetivos e valores.

§1º. Em caso de celebração de termos de colaboração, parcerias e afins com entes públicos, o Instituto, no desempenho de suas atividades, observará, nos termos da lei, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia.

§2º. O Instituto poderá alienar, dispor, ou cobrar pela utilização de produtos, serviços, bens ou direitos eventualmente decorrentes ou relacionados às atividades indicadas neste Artigo, desde que toda a receita, recursos ou resultados operacionais daí advindos sejam obrigatoriamente aplicados na consecução de seu objeto social, devendo haver evidências do efetivo fomento aos princípios aqui estabelecidos. Em nenhuma hipótese os resultados poderão ser distribuídos entre os Associados, administradores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica ligada ao Instituto, direta ou indiretamente.

§3º. Para fins do disposto neste Estatuto Social “Setor de Infraestrutura” significa: os segmentos de energia, iluminação pública, saneamento ambiental e recursos hídricos, telecomunicações, transportes, logística e mobilidade urbana, e suas cadeias produtivas englobando, mas não se limitando a construtores, fornecedores, subempreiteiros e subcontratados, investidores, financiadores, instituições financeiras e não financeiras, seguradoras, resseguradoras, organismos nacionais e internacionais, bilaterais e multilaterais, concessionários de serviços públicos, operadores, projetistas, consultores, instituições de ensino, prestadores de serviços e outras entidades, desde que sua atividade tenha pertinência temática e estejam correlacionadas ao setor de infraestrutura.

Artigo 4º. O Instituto poderá adotar um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo, com a finalidade de regular e detalhar as disposições contidas neste Estatuto.

Artigo 5º. O Instituto pautará sua conduta pelos valores da ética e integridade, transparência,

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

sustentabilidade, respeito ao meio ambiente, cooperação internacional, melhores práticas de governança corporativa e de mercado, de responsabilidade social e de respeito no trato com a coisa pública, a coletividade e o interesse público, dedicará especial atenção ao cumprimento das normas que visem prevenir a corrupção, promover a defesa da concorrência, do meio ambiente, das normas técnicas e de segurança do trabalho, dentre outras previstas na legislação brasileira, e zelar pelo cumprimento do disposto a seguir:

§1º. É proibida a prática de quaisquer condutas ou atos ilícitos e/ou ilegais previstos na legislação brasileira, especialmente nas Leis nº 12.846/2013, 12.529/2011 e 8.666/93, no Decreto nº 8.420/2015, e em quaisquer outros normativos, decretos e/ou regulamentos, assim como na legislação estrangeira, se e quando aplicável, e o Instituto as cumprirá fielmente, por si e por seus Associados, bem como exigirá seu cumprimento por parte de terceiros contratados por ela e por seus Associados.

§2º. Durante toda sua existência, o Instituto manterá em vigor um Código de Ética e Integridade aprovado na forma deste Estatuto, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

§3º. As manifestações oriundas de Associados e as providas de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho de Ética e Integridade, dos Comitês, do Conselho Fiscal, dos Grupos de Trabalho, que não estejam abarcadas pela institucionalidade, somente adquirirão caráter oficial, institucional e associativo se preencherem cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Guardar estrito alinhamento com as finalidades associativas;
- b) Ser regularmente divulgada pelos canais institucionais; e
- c) Ser devidamente submetida, discutida, apreciada, validada e aprovada pelos órgãos do Instituto, conforme disposto neste Estatuto e na autorregulação.

§4º. As manifestações proferidas ou divulgadas em desacordo com o disposto neste Estatuto não obrigarão nem vincularão o Instituto, e seus agentes estarão sujeitos às responsabilidades cabíveis.

§5º. Para efeito do item (c) do §3º, acima, e do §4º do presente artigo, incluem-se nas modalidades de manifestações, mas a elas não se limitam, aquelas proferidas por meio de estudos, relatórios, pareceres, análises, opiniões, mensagens, grupos privados de comunicação, cartas, ofícios e publicações, ainda que informais, proferidas na *internet* e/ou sob quaisquer formas manifestadas sobre:

- a) Projetos de lei, medidas e ações governamentais, decisões judiciais ou administrativas, e demais atos emanados dos poderes legislativo, executivo e judiciário, de seus órgãos, conselhos, agências reguladoras e/ou autoridades públicas;
- b) Implementação, fiscalização e execução de políticas públicas e atos de Estado e de governo, em seus diferentes níveis; e

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- c) Ações e práticas adotadas por Associados, seus dirigentes, funcionários, prestadores de serviço ou por outros atores do setor.

CAPÍTULO III – DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Seção I – Das categorias de Associados

Artigo 6º. O quadro associativo do Instituto será composto de número ilimitado de pessoas jurídicas que tenham interesse em colaborar com a consecução do seu objeto social, desde que admitidas na forma deste Estatuto (“Associados”).

Artigo 7º. O ingresso de novo Associado no Instituto dependerá, cumulativamente, do preenchimento, pelo candidato (“Candidato”), das seguintes condições:

- a) Ser pessoa jurídica integrante do Setor de Infraestrutura, conforme definido no §3º do Artigo 3º, acima, observada a exceção prevista na alínea “c” do Artigo 8º;
- b) Aderir ao e concordar com o disposto no presente Estatuto, no Regimento Interno (se aplicável), no Código de Ética e Integridade, na autorregulação e em todas as políticas do Instituto, bem como assumir expressamente seu compromisso com a missão do Instituto;
- c) Nos casos em que a Diretoria Executiva solicitar, ou que o Conselho de Ética e Integridade decidir como necessário, obter parecer favorável do Conselho de Ética e Integridade para admissão do Candidato, observado o disposto no §3º abaixo;
- d) Atender aos seguintes requisitos: (i) boa reputação e idoneidade, ressalvado o disposto no §1º deste Artigo; e (ii) capacidade e disponibilidade para contribuir com a consecução do objeto social do Instituto; e
- e) Compromisso pelo candidato, em caráter irrevogável e irretratável, de pagamento integral da Taxa de Ingresso ao Instituto, conforme alínea (a) do Artigo 67º, exceto em relação ao Associado Honorário.

§1º. No caso de pessoas que tenham sido declaradas inidôneas por decisão final administrativa ou judicial, poderão participar como Associados aquelas que: (i) tenham implementado ações efetivas para prevenir a prática de atos de corrupção ou de outros ilícitos, a exclusivo critério do Conselho Deliberativo; (ii) tenham celebrado e estejam integralmente adimplentes com todas as obrigações assumidas em acordo de leniência, de colaboração ou medidas corretivas similares com as autoridades competentes; ou (iii) tenham cumprido o prazo de impedimento ou vedação para contratação com a Administração Pública.

§2º. Excepcionalmente, poderá ser admitida a associação de pessoas naturais, nacionais ou

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

estrangeiras, na categoria de Associado Honorário, conforme previsto no Artigo 8º, abaixo.

§3º. Nas hipóteses em que o Conselho de Ética e Integridade decidir por emitir parecer desfavorável à admissão do Candidato ao Instituto, ao Candidato caberá direito de ampla defesa, assegurada apresentação de recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias contados de ciência da decisão formulada pelo Conselho de Ética e Integridade. O recurso será apreciado pelo Conselho Deliberativo na primeira reunião a ser realizada pelo Conselho Deliberativo após a apresentação do recurso.

Artigo 8º. As categorias de Associados são distribuídas da seguinte forma:

- a) **“Associados do Setor”**: composto somente por pessoas jurídicas que (i) atuem no Setor de Infraestrutura ou que para ele forneça equipamentos ou preste serviços, (ii) prestem serviços de engenharia, projetos e gerenciamento de obras nos setores de infraestrutura, (iii) concessionários de serviços públicos e operadores, ou (iv) pelas respectivas Partes Relacionadas das pessoas referidas anteriormente, e que façam doações ou contribuições, conforme fixadas pelo Conselho Deliberativo, para o Instituto;
- b) **“Associados Entidades Setoriais”**: composto somente por pessoas jurídicas que tenham função representativa ou de associação de empresas no Setor de Infraestrutura;
- c) **“Associados Apoiadores”**: composto somente por pessoas jurídicas que, cumulativamente, cumpram os requisitos a seguir: (i) façam doações ou contribuições para o Instituto, conforme fixadas pelo Conselho Deliberativo (que poderá deliberar pela isenção da Taxa de Ingresso e das contribuições associativas para determinados Associados Apoiadores quando entender apropriado), (ii) não se enquadram na categoria de Associado de Setor, e (iii) cujos objetivos tenham pertinência temática e possam estar correlacionados ao setor, tais como bancos, instituições financeiras e não financeiras, seguradoras, resseguradoras, organismos nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais, consultorias e auditorias, escritórios de advocacia, gestoras de recursos de terceiros e financiadores de projetos e obras no setor de infraestrutura, dentre outros; e
- d) **“Associados Honorários”**: composto de pessoas naturais que possuam conhecimento notório em sua área de especialidade, que tenham oferecido significativa contribuição ou que tenha prestado relevantes serviços à indústria do Setor de Infraestrutura.

§1º. Para os fins previstos neste Estatuto, entende-se por **“Parte Relacionada”** toda pessoa jurídica que (i) seja sócio ou acionista, direto ou indireto, com participação superior a 50% (cinquenta por cento) no capital social do Associado de Setor; (ii) tenha, em seu quadro de sócios, um Associado de

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Setor com participação, direta ou indireta, de mais de 50% (cinquenta por cento) de participação em seu capital social; (iii) esteja sob controle comum de um Associado de Setor; (iv) seja administrador ou gestor de um Associado de Setor ou de alguma sociedade controlada, direta ou indiretamente, por um Associado de Setor; ou (v) esteja fornecendo ou comprando, direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos a ou de qualquer Associado de Setor.

§2º. Observadas as demais condições previstas neste Estatuto, o ingresso no quadro associativo dar-se-á mediante proposta da Diretoria Executiva *ad referendum* de parecer favorável do Conselho de Ética e Integridade.

§3º. A qualidade de Associado não será transmissível a terceiros por qualquer forma.

Artigo 9º. A critério da Assembleia Geral, poderão ser criadas outras categorias de Associados, com a definição, no ato da criação, dos direitos e obrigações da categoria ou categorias criadas.

Seção II – Dos Direitos e Deveres dos Associados

Artigo 10º. Os Associados terão os seguintes direitos:

- a) Ouvir, participar, discutir e votar em quaisquer Assembleias Gerais do Instituto, desde que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários e em dia com o pagamento da Taxa de Ingresso e das contribuições fixadas pelo Conselho Deliberativo, sendo que, observado o disposto no §3º do Artigo 16º, cada Associado terá direito a 1 (um) voto;
- b) Indicar e destituir membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do Instituto;
- c) Indicar ou propor a admissão de novos Associados à Diretoria Executiva;
- d) Participar, em colaboração ou coordenação com o Instituto, de ações que visem a implementar o objeto previsto no Artigo 3º deste Estatuto;
- e) Apresentar propostas de projetos e estratégias de atuação com o objetivo de fomentar as funções do Instituto;
- f) Participar dos eventos promovidos pelo Instituto; e
- g) Solicitar ao Conselho Deliberativo e/ou à Diretoria Executiva toda a informação contábil e financeira do Instituto, desde que em periodicidade e detalhamento razoável.

Artigo 11º. São deveres dos Associados:

- a) Cumprir disposições do Estatuto, Regimento Interno (se aplicável), Código de Ética e Integridade, e demais regras internas em vigor;
- b) Cumprir, observado o disposto no §1º, abaixo, as normas de autorregulação aprovadas

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

pelo Instituto;

- c) Cooperar para o desenvolvimento e propagação da missão e objeto social do Instituto;
- d) Pagar pontualmente a Taxa de Ingresso e as contribuições associativas, bem como cumprir com as demais obrigações devidas ao Instituto, ressalvadas eventuais isenções aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme permitido pelo Estatuto Social;
- e) Contribuir para a consecução dos objetivos do Instituto, pela conservação de seu patrimônio social e zelar por seu bom nome;
- f) Colaborar na prestação de informações técnicas, estatísticas e de dados, isolados ou agregados, com a finalidade de produzir estudos e levantamentos do setor, sendo vedada qualquer troca de informações que importe em violação das normas de sigilo fiscal e tributário, segredo industrial e propriedade intelectual, defesa da concorrência, dentre outras aplicáveis;
- g) Informar o Instituto sobre alterações relevantes em seus dados cadastrais e de controle societário direto ou indireto; e
- h) Comparecer às Assembleias ou reuniões para as quais sejam convocados.

§1º. A alínea (b) do *caput* deste artigo não se aplica ao Associado Apoiador.

§2º. A alínea (d) do *caput* deste artigo não se aplica ao Associado Entidade Setorial.

§3º. A alteração do controle societário do Associado, de forma direta ou indireta, poderá implicar em sua retirada do Instituto e obrigação de submeter-se a novo processo de admissão, observados os procedimentos que forem estabelecidos pelo Conselho de Ética e Integridade, sem prejuízo da sua permanência nos quadros até decisão definitiva pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 12º. Os Associados serão representados por seus respectivos representantes legais, conforme determinado por seus atos constitutivos.

Artigo 13º. Os Associados não são responsáveis pessoal, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo Instituto.

Artigo 14º. Qualquer Associado poderá, a qualquer tempo, desligar-se do quadro de associados:

- a) Unilateralmente, mediante notificação escrita à Diretoria Executiva de sua retirada ou afastamento do quadro social do Instituto, com antecedência de 30 (trinta) dias; ou
- b) Por retirada compulsória por “Justa Causa” após decisão do Conselho Deliberativo, mediante proposta da Diretoria Executiva, conforme previsto no Artigo 60º.

Parágrafo Único. O Associado que se retirar ou for excluído do Instituto, inclusive na hipótese prevista no Artigo 11º. §2º, não fará jus a qualquer restituição ou reembolso da Taxa de Ingresso, das

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

contribuições ou doações que tiver efetuado ao Instituto, de cujo patrimônio não participam os Associados. A título de esclarecimento, a Taxa de Ingresso é condição para ingresso do Associado ao Instituto, nos termos da alínea (e) do Artigo 7º, de modo que eventual retirada ou exclusão do Associado, a qualquer título, ensejará automaticamente o vencimento antecipado de eventuais parcelas vincendas da Taxa de Ingresso, se houver, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Associado retirante ou excluído.

CAPÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 15º. São órgãos estatutários do Instituto:

- a) Assembleia-Geral;
- b) Conselho Deliberativo;
- c) Diretoria Executiva;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Conselho Consultivo;
- f) Conselho de Ética e Integridade; e
- g) Comitês.

Parágrafo Único. Os membros dos órgãos do Instituto permanecerão em pleno exercício do cargo até a efetiva posse de seus sucessores ou substitutos.

Seção I – Da Assembleia Geral

Artigo 16º. A Assembleia Geral é órgão soberano de deliberação do Instituto.

§1º. Todos os Associados poderão participar da Assembleia Geral, como ouvintes e com direito a voto na Assembleia Geral, salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto, desde que não estejam em descumprimento com seus deveres estatutários.

§2º. Salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto, cada Associado terá direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais, podendo ser representados por procurador, mediante procuração com poderes expressos e específicos para atuar na Assembleia convocada, e cuja cópia de procuração deverá ter sido enviada à Diretoria Executiva, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes da respectiva Assembleia Geral. A participação de Associado poderá acontecer tanto presencialmente quanto por via remota com a utilização de meios e sistemas eletrônicos. São consideradas válidas para fins de quórum de participação e de votação todas as participações por via remota com a utilização de meios

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

e sistemas eletrônicos de Associados em reuniões já realizadas da Assembleia Geral desde o momento de sua constituição.

§3º. Havendo 2 (dois) ou mais Associados pertencentes a um mesmo grupo econômico, o referido grupo deverá indicar qual será o Associado-Líder representante do grupo perante o Instituto. Caberá ao Associado-Líder de cada grupo econômico exercer o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Os demais Associados do grupo econômico não terão direito a voto nas Assembleias Gerais.

Artigo 17º. A Assembleia reunir-se-á mediante convocação pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, pela maioria de seus membros, pelo Diretor Presidente, ou, se estes não o fizerem, por convocação assinada por 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 18º. A convocação para a Assembleia Geral será divulgada na página inicial do *site* do Instituto e enviada aos Associados em seus endereços cadastrais mediante carta, *e-mail* ou qualquer outro meio de comunicação escrita com aviso de recebimento, ou publicados em jornais de grande circulação, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos.

§1º. Nos casos de urgência, o prazo para a convocação da Assembleia Geral extraordinária poderá ser reduzido, a critério da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo, para, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

Artigo 19º. A Assembleia Geral instalar-se-á com o quórum de, pelo menos, metade dos Associados, em primeira convocação ou, em segunda convocação, 1 (uma) hora após a primeira, ou em outro horário ou data constante do anúncio de convocação, que poderá ser no mesmo dia, com qualquer número de Associados.

§1º. Observado o disposto no §2º, abaixo, as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos Associados participantes presencialmente ou de forma remota com a utilização de meios e sistemas eletrônicos. Na hipótese de empate, deverá ser convocada uma nova Assembleia, no prazo de 7 (sete) dias ou de 48 horas, em caso de urgência, para deliberar, em última instância, sobre o assunto. Em caso de novo empate, o Presidente da Mesa terá o voto de qualidade.

§2º. As deliberações sobre as matérias previstas nas alíneas (d), (e) e (g) do Artigo 20º, abaixo, serão tomadas pelo voto favorável de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Associados presentes.

§3º. Os Associados, participantes na Assembleia Geral, escolherão, entre seus pares, o Presidente da Mesa para dirigir os trabalhos e este escolherá o secretário da Mesa.

§4º. As assembleias, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, poderão ser realizadas exclusivamente por meio digital, sendo que nesta hipótese as associadas participam e votam à distância, caso em que o conclave não será realizado em nenhum local físico.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

§5º. A participação e a votação à distância das associadas poderão ocorrer mediante atuação remota, via sistema eletrônico, conforme estabelecido no edital de convocação.

§6º. Para todos os fins legais, as assembleias digitais serão consideradas como realizadas na sede do Instituto ou de uma das associadas.

§7º. O sistema eletrônico adotado pelo Instituto para a realização da assembleia digital deve garantir:

- a) A segurança, a confiabilidade e a transparência da assembleia;
- b) O registro de presença das associadas;
- c) O exercício do direito de voto a distância por parte da associada, bem como o seu respectivo registro; e
- d) A possibilidade de visualização de documentos apresentados durante a assembleia.

§8º. A ata da respectiva assembleia digital poderá ser assinada isoladamente pelo presidente e secretário da mesa, que certificarão em tais documentos as associadas presentes.

§9º. O IBRIC não poderá ser responsabilizado por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores das associadas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle.

§10º. A Assembleia Geral poderá ser simultaneamente realizada em 2 (duas) ou mais praças onde o Instituto mantenha escritório, filial ou sucursal, admitida a utilização de meios e sistemas eletrônicos que permitam a participação remota dos membros da Diretoria Executivo, do Conselho Deliberativo e dos Associados às discussões e deliberações.

§11º. As deliberações das Assembleias Gerais serão lavradas em atas, assinadas por todos os presentes e devidamente registradas no órgão competente.

Artigo 20º. Compete à Assembleia Geral:

- a) Examinar e aprovar, até o final do mês de abril de cada ano, as contas da administração, bem como as demonstrações financeiras do Instituto relativas ao exercício anterior, elaboradas pela administração e acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal e do relatório da auditoria independente;
- b) Eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo;
- c) Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal;
- d) Aprovar a criação de novas categorias de Associados, bem como fixar seus respectivos direitos e deveres;
- e) Alterar os direitos e deveres de categorias de Associados;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- f) Aprovar outras alterações do Estatuto Social, além daquelas decorrentes da aprovação das alíneas (d) e (e) deste Artigo;
- g) Deliberar sobre a dissolução, liquidação e extinção do Instituto e determinar o destino de seu patrimônio, nos termos deste Estatuto; e
- h) Julgar recursos interpostos contra atos do Conselho Deliberativo, nas hipóteses previstas neste Estatuto.

Parágrafo Único. A Assembleia Geral será ordinária quando tratar das matérias indicadas nas alíneas (a) e (b) do *caput*, e extraordinária nos demais casos e sempre que os interesses do Instituto o exigirem.

Seção II – Conselho Deliberativo

Artigo 21º - O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação e gestão administrativa do Instituto, composto por, no mínimo 05 (cinco) membros e, no máximo, 13 (treze) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, observado o §1º deste Artigo. O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será de 2 (dois) anos, permitidas reeleições, prorrogando-se os mandatos automaticamente até que ocorra nova eleição e os conselheiros nela eleitos tomem posse. A eleição dos membros do Conselho Deliberativo deve observar, preferencialmente, a recondução de, no mínimo, 3 (três) membros do Conselho Deliberativo que tenham sido eleitos em mandatos a se encerrar, com a finalidade de manter a memória histórica do Conselho Deliberativo.

§1º. De modo a garantir maior pluralidade e capacitação técnica do Conselho Deliberativo, a indicação dos 13 (treze) membros do Conselho Deliberativo, que serão todos eleitos pela Assembleia Geral, observará o seguinte procedimento e proporção: (i) 2 (dois) membros indicados pela Assembleia Geral; (ii) 3 (três) membros serão provenientes dos Associados de Setor; (iii) 2 (dois) membros serão provenientes dos Associados Apoiadores; (iv) 2 (dois) membros serão provenientes de Entidades Setoriais (assim entendidas as entidades que se qualificariam como Associadas Entidades Setoriais, independentemente de serem Associados ou não); (v) 2 (dois) membros serão provenientes da Sociedade Civil; (vi) 2 (dois) membros independentes. Para fins deste Parágrafo, considera-se: (i) “Sociedade Civil” a organização da sociedade civil conforme definida na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e (ii) membro independente aquele ou aquela que atenda aos requisitos aplicáveis ao Conselho de Ética e Integridade no Artigo 41, §1º, do Estatuto Associativo do IBRIC. Caso não sejam preenchidas as 13 (treze) do Conselho Deliberativo, as remanescentes deverão permanecer abertas até que as respectivas categorias indiquem seus candidatos, observando a distribuição mencionada neste parágrafo.

§2º. A Assembleia Geral designará o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, dentre os membros eleitos.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

§3º. O Conselho Deliberativo será formado por pessoas (i) naturais, e (ii) diplomadas em curso de nível universitário.

§4º. Não podem ser eleitos para o Conselho Deliberativo, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) que tenham interesses conflitantes com o Instituto, e (iii) que não tenham reputação ilibada.

§5º. São atribuições do Presidente do Conselho Deliberativo: (a) convocar as reuniões, presidir e dirigir os trabalhos do Conselho Deliberativo; (b) cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, outras normas internas e as deliberações do Conselho Deliberativo; e (c) ter voto de qualidade nas deliberações do Conselho Deliberativo, em caso de empate.

§6º. O Presidente do Conselho Deliberativo não poderá ser nomeado, durante seu mandato, Diretor Presidente do Instituto.

§7º. O Vice-Presidente terá como atribuição substituir o Presidente do Conselho Deliberativo em suas ausências e/ou impedimentos.

§8º. No caso de ausência temporária de qualquer dos Conselheiros, este poderá ser substituído por qualquer outro membro do Conselho Deliberativo, conforme previamente indicado pelo Conselheiro ausente.

§9º. No caso de vacância definitiva de um membro do Conselho Deliberativo que importe na composição do Conselho com um número inferior de membros ao previsto neste Estatuto, a Assembleia Geral reunir-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância para eleger o novo membro, que permanecerá no cargo até o fim do mandato de seu antecessor. Considera-se como vacância definitiva, para fins deste Parágrafo, (i) o impedimento para o exercício da função, ainda que temporário e por qualquer razão, por mais de 90 (noventa dias), ou (ii) a ausência sem motivo justificado, a critério do Conselho Deliberativo, em mais de 3 (três) reuniões consecutivas, ou (iii) caso o membro do Conselho Deliberativo deixe de fazer parte do setor ou Associado do qual era representante.

§10º. Os membros do Conselho Deliberativo não serão remunerados por suas funções estatutárias.

Artigo 22º. Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) Zelar pela missão, valores, princípios e propósitos do Instituto;
- b) Estabelecer as estratégias, diretrizes e prioridades de atuação e políticas institucionais do Instituto;
- c) Deliberar sobre propostas apresentadas pela Diretoria e/ou por membro do Conselho

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

para a participação ou formação de pactos setoriais e em compromissos e ações derivadas de tais pactos alinhados à Missão e Objeto Social do Instituto, deliberar sobre propostas de certificações de conformidade previstas em pactos setoriais ou decorrentes de iniciativas propostas pela Diretoria e/ou por associados;

- d) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto, as normas de autorregulação, os regimentos internos e demais normas e diretrizes internas do Instituto;
- e) Acompanhar, orientar e avaliar a gestão executiva, administrativa e institucional da Diretoria Executiva;
- f) Aprovar, anualmente, os valores e cronograma de pagamento da Taxa de Ingresso dos Associados ao Instituto, bem como fixar o período de isenção de cobrança de contribuições ordinárias por novos Associados;
- g) Fixar, anualmente, os valores e cronograma de pagamento das contribuições ordinárias e, se for o caso, extraordinárias dos Associados ao Instituto, observado o disposto nos §§1º e 2º do Artigo 67º, abaixo;
- h) Aprovar o Plano de Trabalho Anual proposto pela Diretoria Executiva e suas revisões ou alterações;
- i) Aprovar o Orçamento Anual e suas revisões ou alterações, observado o disposto nos §§1º e 2º do Artigo 66º, abaixo;
- j) Eleger e destituir a Diretoria Executiva;
- k) Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva que atuarem efetivamente na gestão do Instituto;
- l) Eleger e destituir os membros do Conselho de Ética e Integridade, bem como o(a) Secretário(a) Executivo, observado o disposto no Artigo 41º;
- m) Nomear e destituir os membros do Conselho Consultivo, bem como alterar sua composição, e decidir sobre a conveniência de sua instalação, manutenção e extinção em relação aos objetivos do Instituto, observado o disposto no Artigo 37º;
- n) Escolher e destituir os auditores independentes;
- o) Aprovar qualquer alteração às práticas e políticas contábeis, exceto conforme exigido por Lei;
- p) Aprovar ou alterar as normas de autorregulação, políticas, códigos (inclusive Código de Ética e Integridade) e regimentos internos;
- q) Propor alterações ao Estatuto para aprovação da Assembleia Geral;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- r) Decidir sobre os casos omissos do Estatuto Social, do regimento e normas internas do Instituto;
- s) Decidir sobre recursos à admissão de novos Associados que não tenham obtido o parecer favorável do Conselho de Ética e Integridade, conforme previsto no Artigo 7º. §3º;
- t) Estabelecer penalidades de suspensão de direitos ou julgar pedidos de exclusão de Associados, bem como julgar eventuais recursos apresentados pelos Associados;
- u) Aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no Orçamento Anual cujo valor, individual ou agregado dentro de um mesmo exercício social, seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- v) Aprovar a aquisição, alienação, locação, disposição ou arrendamento de bens imóveis ou qualquer outro bem do ativo permanente do Instituto, e ainda, a constituição de quaisquer ônus sobre qualquer bem imóvel ou sobre qualquer outro bem do ativo permanente do Instituto;
- w) Aprovar a celebração de qualquer contrato ou acordo ou operação, de qualquer natureza, com parte relacionada;
- x) Aprovar a celebração de contratos em valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma única transação ou uma série de transações em período de 12 meses;
- y) Autorizar a propositura de qualquer ação judicial, arbitragem ou medida administrativa envolvendo valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- z) Aprovar ou rejeitar doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de entidades governamentais, nacionais ou estrangeiras *ad referendum* do Conselho de Ética e Integridade;
- aa) Autorizar a realização do monitoramento de projetos públicos e privados de infraestrutura de justificada relevância econômica ou social, a partir de solicitações recebidas pelo Instituto da sociedade civil, conforme detalhado em regulamento interno;
- bb) Deliberar sobre a possibilidade de Diretor do Instituto exercer outra(s) atividade(s) privada(s), observado o disposto no Artigo 25º; e
- cc) Praticar todos os demais atos de gestão que tenham sido atribuídos especificamente à Diretoria Executiva, mas que não foram devidamente cumpridos nos termos deste Estatuto Social.

Artigo 23º. O Conselho Deliberativo reunir-se-á:

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

- a) Ordinariamente, pelo menos, em periodicidade bimestral;
- b) Extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação.

§1º. O Conselho Deliberativo poderá ser convocado pelo: (i) Presidente ou Vice Presidente do Conselho Deliberativo, ou (ii) Diretor Presidente do IBRIC, ou (iii) por 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, ou (iv) por 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo.

§ 2º. As convocações serão realizadas mediante carta, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação escrito com aviso de recebimento, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência, em que se mencionarão a data, horário e os assuntos que constarão da ordem do dia da reunião, bem como serão acompanhadas de eventuais documentos necessários que serão objeto das discussões propostas.

§3º. As reuniões do Conselho Deliberativo serão instaladas com a presença da maioria dos conselheiros em exercício. As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas pela maioria dos conselheiros em exercício, constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho Deliberativo presentes e encaminhadas à Assembleia Geral.

§4º. Cada Conselheiro em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho Deliberativo.

§5º. A participação de conselheiros nas reuniões ordinárias e nas reuniões extraordinárias do Conselho Deliberativo poderá ocorrer presencialmente ou por via remota com uso de meios e sistemas eletrônicos. O Conselheiro com participação direta ou remota nas reuniões ordinárias e extraordinárias será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião. São consideradas válidas para fins de quórum de participação e de votação todas as participações por via remota com a utilização de meios e sistemas eletrônicos de Conselheiros em reuniões já realizadas do Conselho Deliberativo desde o momento de sua constituição.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 24º. A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente – observado o disposto no Artigo 26º -, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho Deliberativo. O mandato da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitida uma reeleição sucessiva, prorrogando-se o mandato automaticamente até que ocorra nova eleição e os diretores nela eleitos tomem posse.

§1º. A Diretoria Executiva poderá ser composta pelos seguintes cargos, que serão designados na eleição:

- a) Diretor Presidente;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- b) Diretor de Sustentabilidade e Segurança do Trabalho ;
- c) Diretor de Assuntos Institucionais e Internacionais;
- d) Diretor de Ética e Integridade;
- e) Diretor Administrativo e Financeiro; e
- f) Diretor de Infraestrutura.

§2º. O Conselho Deliberativo poderá, a qualquer tempo, destituir os membros da Diretoria Executiva, com ou sem justa causa. Fica desde já certo que qualquer Diretor será destituído de seu cargo por justa causa, na ocorrência, entre outras hipóteses, de (i) prática de atos ou desenvolvimento de atividades que alterem ou desvirtuem a missão do Instituto prevista no Artigo 3º, ou em desacordo com o Plano de Trabalho Anual aprovado pelo Conselho Deliberativo; (ii) qualquer fato ou evento previsto no Artigo 59º. §1º; (iii) descumprimento de outros deveres legais ou estatutários, bem como violação das leis e regulamentações aplicáveis.

§3º. A remuneração da Diretoria Executiva será fixada pelo Conselho Deliberativo, considerando as práticas de mercado aplicáveis.

§4º. Não poderão ser eleitos membros da Diretoria Executiva quaisquer indivíduos que, em relação a qualquer Associado ou a suas respectivas Partes Relacionadas: (a) seja acionista, sócio, empregado, funcionário ou administrador; (b) seja empregado, funcionário ou administrador de entidade que esteja oferecendo serviços e/ou produtos; (c) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim, até segundo grau, das pessoas referidas nas alíneas “a” e “b”; (d) seja cônjuge, companheiro, parente ou afim, até segundo grau, de algum conselheiro, diretor ou gerente; e (e) cujo vínculo ou relacionamento, tal como definido nas alíneas anteriores, não tenha cessado há, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias.

§5º. É vedada, ainda, a eleição de membro da Diretoria Executiva que: (i) não possua notória especialidade em seu campo profissional e reputação ilibada, (ii) seja ocupante de cargo público ou tenha ocupado cargo público nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data prevista para eleição; e (iii) não tenha cumprido os demais requisitos previstos no Código de Ética e Integridade, especialmente em relação a conflito de interesses.

Artigo 25º. Os cargos da Diretoria Executiva serão compatíveis com o exercício de atividade privada, desde que tal prática não comprometa a independência e a imparcialidade das decisões tomadas, bem como não prejudique o cumprimento dos deveres estatutários, devendo seus ocupantes observarem as regras de prevenção a conflito de interesse instituídas no Código de Ética e Integridade e na autorregulação.

§1º. Os membros da Diretoria Executiva que exercerem outra atividade deverão firmar termo de

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

compromisso e de responsabilidade específico, assim como permanecerão disponíveis para prestar as informações necessárias (*full disclosure*) e, principalmente, observarão as regras de impedimento e de prevenção a conflito de interesse instituídas no Código de Ética e Integridade, na autorregulação e nas leis aplicáveis.

§2º. Não será considerado impedimento por parte dos membros da Diretoria Executiva exercer atividades acadêmicas e docentes, como ministrar aulas, seminários, palestras e conferências, a título gratuito ou mediante recebimento de remuneração.

§3º. Os casos de dúvida quanto à possibilidade de exercício de outra atividade deverão ser submetidos pelo interessado à deliberação do Conselho Deliberativo.

Artigo 26º. O Diretor Presidente não poderá ser, durante seu mandato, o Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto.

§1º. No caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, o Conselho Deliberativo reunir-se-á no prazo de 15 (quinze) dias após a vacância, para nomear um substituto, que então permanecerá no cargo até o fim do mandato do membro substituído. Considera-se como vacância definitiva, para fins deste Parágrafo, o impedimento para o exercício pleno da função, ainda que temporário e por qualquer razão, por mais de 90 (noventa dias).

§2º. Compete ao Diretor Presidente a orientação dos trabalhos dos Diretores, observadas as atribuições definidas pelo Conselho Deliberativo.

§3º. Competirá exclusivamente ao Diretor Presidente ou a quem ele indicar a realização de quaisquer comunicações à imprensa e veículos de comunicação sobre quaisquer assuntos relacionados ao Instituto.

Artigo 27º. Compete à Diretoria Executiva:

- a) Elaborar proposta de Plano de Trabalho Anual da Diretoria Executiva, bem como suas revisões e atualizações, a ser submetida à aprovação do Conselho Deliberativo, plano esse que deverá estar sempre de acordo com a missão do Instituto prevista no Artigo 3º;
- b) Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto, dos regimentos, políticas, normas e diretrizes internas do Instituto e da autorregulação, bem como das deliberações emanadas da Assembleia Geral e do Conselho Deliberativo;
- c) Cuidar da gestão executiva, administrativa e institucional do Instituto;
- d) Propor ao Conselho Deliberativo modificações que se fizerem necessárias no Estatuto Social, regimentos ou políticas internas do Instituto;
- e) Propor a admissão de novos Associados ou admitir pedidos de inscrição de Associados, *ad referendum* do Conselho de Ética e Integridade;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- f) Acatar pedidos de desligamento voluntário de Associados;
- g) Propor ao Conselho Deliberativo a exclusão de Associados, nas hipóteses previstas neste Estatuto;
- h) Autorizar a abertura, transferência e encerramento de estabelecimentos e escritórios do Instituto em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- i) Constituir e encerrar Comitês, Grupos de Trabalhos ou Comissões de Acompanhamento, permanentes ou não, fixando suas atribuições e nomeando seus membros;
- j) Propor ao Conselho Deliberativo o valor da Taxa de Ingresso de novos Associados e respectivo cronograma de pagamento, bem como eventual período de isenção de cobrança de contribuições ordinárias por referidos novos Associados;
- k) Propor ao Conselho Deliberativo os valores e cronograma de contribuições periódicas dos Associados, observado o disposto nos §§1º e 2º do Artigo 67º, abaixo;
- l) Aceitar ou rejeitar doações, patrocínios, legados, observado o disposto na alínea (y) do Artigo 22º;
- m) Não permitir a participação do Instituto em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas;
- n) Gerir os recursos do Instituto, inclusive do Fundo de Reserva, nos termos deste Estatuto;
- o) Elaborar a proposta de programação anual de atividades e de Orçamento Anual com indicação de receitas e despesas para o exercício seguinte para aprovação do Conselho Deliberativo;
- p) Contratar e demitir funcionários;
- q) Representar o Instituto, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, observado o disposto no Artigo 29º;
- r) Elaborar a autorregulação do setor e propor alterações, a serem levadas à aprovação pelo Conselho Deliberativo;
- s) Fiscalizar a aplicação e o cumprimento da autorregulação do setor, e adotar os instrumentos necessários para tais atividades;
- t) Responder em caráter definitivo a consultas sobre condutas e conflito de interesse formuladas por membros da Diretoria Executiva e por colaboradores, consultores, superintendente, assessores, funcionários e prestadores de serviço do Instituto;
- u) Desempenhar quaisquer atos que lhe sejam atribuídos pelo Conselho Deliberativo ou

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

pela Assembleia Geral;

- v) Elaborar e rever, periodicamente, estudo de riscos estratégicos e de metas;
- w) Propor a indicação de membros do Conselho de Ética e Integridade para aprovação pelo Conselho Deliberativo; e
- x) Praticar todos os demais atos de gestão que não tenham sido atribuídos especificamente a outros órgãos e/ou membros do Instituto.

Artigo 28º. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros ou de 1/5 (um quinto) dos Associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, devendo, neste caso, observar os procedimentos previstos no Artigo 23º. §1º.

§1º. As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos Diretores em exercício, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente terá voto de qualidade.

§2º. Das reuniões da Diretoria Executiva serão lavradas atas próprias e poderão ser gravadas em áudio, vídeo ou outro meio que garanta a fidelidade e autenticidade de seu conteúdo.

Artigo 29º. A representação do Instituto será realizada pela assinatura conjunta de: (a) 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) 2 (dois) procuradores em conjunto.

§1º. As procurações do Instituto serão assinadas, em conjunto, por 2 (dois) Diretores, e conterão especificação expressa dos poderes conferidos, o número e qualificação dos procuradores, bem como o prazo de vigência que não poderá ultrapassar 1 (um) ano, excetuado o disposto no §2º, abaixo.

§2º. As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e serão outorgadas para fins específicos, como as demais, não sendo admitidas as para o foro em geral.

§3º. Não terão validade, nem obrigarão o Instituto, os atos praticados em desconformidade com o disposto neste artigo.

Artigo 30º. Os membros da Diretoria Executiva, os integrantes dos Comitês e dos demais órgãos técnicos, deverão cumprir e fazer cumprir as regras de sigilo e confidencialidade previstas no Código de Ética e Integridade e nas leis aplicáveis, tais como nas normas anticorrupção e de defesa da concorrência, propriedade industrial e intelectual, proteção de dados pessoais e privacidade, entre outras.

Artigo 31º. São expressamente vedados, sendo considerados nulos e ineficazes com relação ao Instituto e a terceiros, os atos de qualquer Diretor, funcionário ou procurador do Instituto que o envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos à sua missão e objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

quaisquer, salvo quando expressamente autorizado pelo Conselho Deliberativo.

Seção IV – Conselho Fiscal

Artigo 32º. O Instituto terá um Conselho Fiscal, de funcionamento permanente, que será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição sucessiva.

§1º. O Conselho Fiscal será formado por pessoas (i) naturais, (ii) residentes no Brasil, (iii) diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal, preferencialmente, por pessoas com formação na área contábil, financeira ou administrativa, ou ainda que possuam experiência na área de Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas.

§2º. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) que tiverem interesses perenes conflitantes com o Instituto; (iii) que não tenham reputação ilibada; (iv) que são membros de órgãos de administração ou empregados do Instituto ou de Associados; e (v) o cônjuge ou parente, até o quarto grau, de administradores do Instituto.

§3º. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados por suas funções estatutárias.

§4º. No caso de vacância definitiva de integrante do Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo reunir-se-á no prazo de 30 (trinta) dias após vacância, para eleger o novo integrante, que então permanecerá no cargo até o fim do mandato do membro substituído. A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável. Considera-se como vacância definitiva, para fins deste Parágrafo, o impedimento para o exercício da função, ainda que temporário e por qualquer razão, por mais de 180 (cento e oitenta dias), ou a ausência sem motivo justificado, a critério do Conselho, em mais de 3 (três) reuniões consecutivas.

§5º. Terminado o mandato, os membros do Conselho Fiscal permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos.

§6º. Ao Conselho Fiscal será garantido o acesso a todos os livros e documentos contábeis e sociais necessários à verificação da regularidade de aplicação dos recursos do Instituto.

Artigo 33º. Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- b) Opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do Instituto, fazendo constar de seu parecer as informações que julgar necessárias ou úteis aos órgãos internos superiores do Instituto;
- c) Zelar pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade, na prestação de contas e atos correlatos do Instituto;
- d) Emitir pareceres, sempre que solicitado pela Assembleia Geral, pelo Conselho Deliberativo ou pelo Diretor Presidente, sobre assuntos financeiros de interesse do Instituto;
- e) Acompanhar o trabalho dos auditores externos independentes contratados;
- f) Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos da administração eventuais erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis ao Instituto;

Artigo 34º. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocadas por qualquer membro do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo ou, ainda, pelo Diretor Presidente.

§1º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes e encaminhadas à Assembleia Geral.

§2º. Os membros do Conselho Fiscal serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

Artigo 35º. O Regimento Interno do Instituto estabelecerá normas complementares acerca do procedimento de votação, fiscalização das chapas e apuração do resultado da eleição do Conselho Fiscal.

Seção V - Conselho Consultivo

Artigo 36º. O Instituto terá um Conselho Consultivo, de funcionamento facultativo, que atuará como órgão de aconselhamento ao Conselho Deliberativo, na forma prevista neste Estatuto, e não terá qualquer função administrativa.

Artigo 37º. O Conselho Consultivo será composto por número ímpar de conselheiros, nomeados pelo Conselho Deliberativo, que deverão ter: (i) ilibada reputação e notória representatividade, (ii) atuação em prol da ética nas relações empresariais, (iii) atenderem aos mesmos requisitos previstos neste Estatuto para os Associados Honorários.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

§1º. O Presidente do Conselho Consultivo será eleito pela maioria dos membros do Conselho Consultivo na primeira reunião realizada após sua nomeação. Ao Presidente do Conselho Consultivo caberá convocar as reuniões do Conselho Consultivo com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência mediante aviso por escrito aos demais conselheiros.

§2º. Os membros do Conselho Consultivo não serão remunerados por suas funções estatutárias.

Artigo 38º. Compete ao Conselho Consultivo:

- a) Assessorar o Conselho Deliberativo na elaboração das estratégias de atuação e das políticas institucionais do Instituto com vistas à consecução de seu objeto social e cumprimento de sua missão;
- b) Analisar e opinar sobre propostas e assuntos que sejam submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo;
- c) Desenvolver estudos, projetos e pesquisas, bem como aconselhar o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva na elaboração de projetos inovadores nas áreas de atuação relacionadas ao objeto social do Instituto;
- d) Estudar propostas e sugestões manifestadas pela comunidade e contribuir com sugestões, críticas e pareceres a serem analisados pela Assembleia Geral, Conselho Deliberativo ou Diretoria Executiva, conforme o caso; e
- e) Auxiliar o Conselho Deliberativo ou a Diretoria Executiva, individual ou coletivamente, sobre assuntos relacionados à área técnica do objeto social e missão do Instituto, ou sempre que convocado;

Artigo 39º. O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que convocado pelo (i) Presidente ou Vice-Presidente do Conselho Deliberativo ou (ii) por, pelo menos, 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo, ou (iii) pelo Diretor Presidente do Instituto.

§1º. As reuniões do Conselho Consultivo serão dirigidas pelo seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer um de seus membros. As reuniões serão instaladas com, pelo menos, metade dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, o Presidente do Conselho Consultivo terá voto de qualidade. As deliberações do Conselho Consultivo não são vinculantes.

§2º. Os membros do Conselho Consultivo serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

§3º. O Conselho Consultivo definirá as demais regras de governança que lhes forem aplicáveis

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

garantindo igualdade de direitos e deveres entre seus conselheiros.

§4º. O Conselho Deliberativo poderá alterar a composição do Conselho Consultivo, bem como decidir sobre a conveniência de sua instalação, manutenção e extinção em relação aos objetivos do Instituto.

Seção VI – Conselho de Ética e Integridade

Artigo 40º. O Instituto terá um Conselho de Ética e Integridade, de funcionamento permanente, que atuará na forma deste Estatuto Social.

Artigo 41º. O Conselho de Ética e Integridade será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 5 (cinco) membros, indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma reeleição sucessiva.

§1º. O Conselho de Ética e Integridade será formado por pessoas naturais e com conhecimento e experiência compatíveis com o cargo. Não podem ser eleitos para o Conselho de Ética e Integridade, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) que tiverem interesses perenes conflitantes com o Instituto, (iii) que não tenham reputação ilibada, (iv) que são membros de órgãos de administração ou empregados do Instituto ou de Associados, e (v) o cônjuge ou parente, até quarto grau, de administradores do Instituto.

§2º. O Presidente do Conselho de Ética e Integridade será eleito pela maioria dos membros do Conselho de Ética e Integridade na primeira reunião realizada após sua eleição. Ao Presidente do Conselho de Ética e Integridade caberá convocar as reuniões do Conselho de Ética e Integridade com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência mediante aviso por escrito aos demais conselheiros.

§3º. Os membros de Conselho de Ética e Integridade não serão remunerados por suas funções estatutárias.

§4º. Terminado o mandato, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a nomeação e posse de seus substitutos.

§5º. No caso de vacância, por qualquer razão, ainda que temporária e superior a 90 (noventa) dias, de membro do Conselho de Ética e Integridade, esta vacância deverá ser comunicada pelo Presidente do Conselho de Ética e Integridade ou, em sua ausência, por qualquer de seus membros, ao Presidente do Conselho Deliberativo, que solicitará à Diretoria Executiva a indicação do nome do substituto, para completar o mandato do membro substituído.

Artigo 42º. Compete ao Conselho de Ética e Integridade, além de outras funções que lhe sejam atribuídas:

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- a) Zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Integridade do Instituto, por parte de todos os seus Associados, Conselheiros, membros de comitês, diretores, integrantes, fornecedores e demais colaboradores.
 - b) Elaborar e propor alterações ao Regimento do Conselho de Ética e Integridade do Instituto, e esclarecer dúvidas de interpretação de suas diretrizes e normas, sempre que solicitado por quaisquer órgãos sociais do Instituto.
 - c) Propor a criação e/ou atualização de procedimentos e normas internas do Instituto, sempre que houver necessidade, em função de atualizações realizadas no Estatuto e no Regimento Interno do Conselho de Ética e Integridade, a fim de garantir a manutenção de um ambiente com regras uniformes, claras e formalizadas.
 - d) Analisar e orientar quanto a questões éticas ligadas à missão e/ou estratégia do Instituto, bem como à condução de seus Associados e dos membros dos órgãos internos do Instituto.
 - e) Recomendar atividades de reforço da ética na cultura organizacional dos órgãos internos do Instituto e de seus associados, inclusive campanhas esporádicas de conscientização, educação e treinamento éticos, sempre que o Conselho de Ética e Integridade julgar cabível.
 - f) Recomendar ações de promoção da ética e acompanhar o desenvolvimento de práticas de disseminação sobre o conteúdo do objetivo do Instituto e seus princípios, bem como outras ações específicas, sempre que o Conselho de Ética e Integridade julgar necessário.
 - g) Receber relatos e denúncias de infração ao Código de Ética e Integridade e outras normas do IBRIC.
 - h) Analisar, instaurar e julgar processos de apuração de infração relatada referentes a seus funcionários, dirigentes, conselheiros ou órgãos de assessoramento à Diretoria e/ou ao Conselho Deliberativo, bem como referentes aos Associados no âmbito das dependências ou da atuação do IBRIC, nos termos da autorregulação, e recomendar à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo, conforme aplicável, o arquivamento ou a aplicação de penalidade, de acordo com o procedimento previsto no Regimento Interno do Conselho de Ética e Integridade.
- § 1º.** Sempre que o Conselho de Ética e Integridade julgar necessário, solicitará ao Conselho Deliberativo ou à Diretoria Executiva, à escolha do Conselho de Ética e Integridade, determinada com base na seriedade e gravidade do fato, a contratação de serviços externos especializados, inclusive jurídicos, para realizar e/ou auxiliar na condução de investigações.
- i) Responder, quando solicitado pelos órgãos sociais, a consultas e dúvidas sobre condutas e conflito de interesse que forem formuladas pelos colaboradores, consultores, coordenadores, assessores, funcionários e prestadores de serviço do Instituto.
 - j) Quando solicitado, analisar questões relacionadas à existência ou não de conflito de interesses

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

entre o Instituto, seus Associados, administradores, conselheiros, colaboradores e partes relacionadas

- k) Quando necessário, elaborar proposta e submeter ao Conselho Deliberativo, revisões, emendas e alterações ao Código de Ética e Integridade e à política de conflito de interesses do Instituto, definidas em autorregulação e nas leis vigentes.
- l) Dar parecer sobre doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de entidades governamentais, nacionais ou estrangeiras, sempre que requisitado pelos órgãos sociais do Instituto, baseando-se nos princípios da autorregulação do Instituto e na política interna que rege o tema.
- m) Analisar e deliberar sobre situações de sua competência não previstas neste Estatuto e no Regimento Interno.

§ 1º. O Conselho de Ética e Integridade poderá contar com apoio técnico e consultivo dos demais Comitês e órgãos do Instituto para cumprir com as suas funções.

Artigo 43º. O Conselho de Ética e Integridade reunir-se-á, ordinariamente, em periodicidade bimestral e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou pelo Presidente do Conselho de Ética e Integridade.

§ 1º. As reuniões do Conselho de Ética e Integridade serão dirigidas pelo seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer um de seus membros. As reuniões serão instaladas com, pelo menos, metade dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, o Presidente do Conselho de Ética e Integridade terá voto de qualidade. As deliberações do Conselho de Ética e Integridade não são vinculantes.

§ 2º. Os membros do Conselho de Ética e Integridade serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

Artigo 44º. Os Associados do Instituto, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem informar e manter informado o Conselho de Ética e Integridade sobre a existência de interesses próprios, financeiros ou não, em quaisquer entidades com as quais saibam ou tenham razão para saber que o Instituto mantém transações ou parcerias ou esteja negociando transações ou parcerias. Para fins desta Seção VI, interesses incluem qualquer relacionamento direto ou indireto, por negócios, investimentos ou laços familiares, como propriedade de fato ou potencial ou participações societárias e compensações. Os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem, ainda, informar e manter informado o Conselho de Ética e

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Integridade a respeito de parentesco com agentes públicos até o quarto grau.

§ 1º. Os Associados do Instituto, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem ainda informar ao Conselho de Ética e Integridade sobre a existência de qualquer dever de fidelidade com pessoas físicas ou jurídicas que não o Instituto e que possam comprometer a sua habilidade de juízo independente de agir no melhor interesse do Instituto.

§ 2º. O fato de Associados do Instituto, membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto ocuparem cargos estatutários em outras instituições sem fins econômicos que obtenham ou pretendam obter financiamento de instituições públicas ou privadas com as quais o Instituto também obtenha ou pleiteie financiamento não deve, por si só, ser considerado conflito de interesses, mas as condições específicas do referido fato devem ser examinadas previamente pelo Conselho de Ética e Integridade.

Artigo 45º. Se o Conselho de Ética e Integridade entender que existe conflito de interesses, referido fato deverá ser comunicado ao Conselho Deliberativo, que deverá assegurar que o Associado, membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e/ou dos Comitês em questão não participe da decisão final sobre o tema. O Conselho Deliberativo pode ainda aprovar o tema ou uma alternativa, se considerar que esta última: (i) é do interesse do Instituto e em seu benefício; (ii) é justa e razoável para o Instituto; ou (iii) é o mais vantajoso que o Instituto pode obter com esforços razoáveis ante às circunstâncias determinadas.

Artigo 46º. Os Associados, membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto não devem fazer uso político de sua posição no Instituto, e devem divulgar ao Conselho de Ética e Integridade qualquer interesse político que possa comprometer sua atuação no Instituto e sua capacidade de exercer juízo independente e agir no melhor interesse do Instituto.

Artigo 47º. Se um membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e/ou dos Comitês violar a política de conflito de interesses, o Conselho Deliberativo, para proteger os interesses do Instituto, tomará as medidas cabíveis contra a pessoa em questão. Tal medida pode incluir advertência formal, cancelamento da transação que gerou o conflito de interesses, suspensão ou destituição de empregados ou membros do Instituto, observadas as regras deste Estatuto e da política interna de conflito de interesses.

Artigo 48º. As atividades do Conselho de Ética e Integridade são confidenciais. Dessa forma, os Associados e convidados deverão manter sigilo total sobre os temas tratados nas reuniões até a publicação dos mesmos, não podendo, em qualquer hipótese, manifestarem-se publicamente e individualmente sobre questões que não tenham sido discutidas e/ou aprovadas no Conselho de Ética

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

e Integridade.

Seção VII – Comitês

Artigo 49º. O Instituto contará com Comitês de autorregulação, de funcionamento permanente ou temporário, conforme aplicável, de natureza consultiva e não- vinculativa, com função de assessoramento, que serão responsáveis, no mínimo, pelos seguintes temas, sem prejuízo da criação de outros que se fizerem necessários:

- a) Comitê Intersetorial de Sustentabilidade e Segurança do Trabalho;
- b) Comitê de Infraestrutura; e
- c) Comitê de Integridade.

Artigo 50º. Cada Comitê será integrado por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 7 (sete) membros, sendo um deles o seu coordenador, e seus membros serão indicados pela Diretoria Executiva, dentre nomes apresentados pelos associados.

§1º. Os mandatos dos membros do Comitê serão coincidentes com os da Diretoria Executiva, permitidas reconduções.

§2º. Em casos devidamente fundamentados e naqueles em que a especialização técnica ou científica assim o requerer, poderão ser admitidos nos Comitês membros que não pertençam aos quadros de Associados, desde que possuam notório conhecimento a respeito da matéria tratada.

§3º. As reuniões dos Comitês serão instaladas mediante a presença de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo este seu quórum mínimo de deliberação e aprovação.

Artigo 51º. Compete ao Comitê Intersetorial de Sustentabilidade e Segurança do Trabalho, dentre outras funções que lhe forem atribuídas:

- a) Elaborar proposta de normas de autorregulação referentes à sustentabilidade, meio ambiente e segurança do trabalho e submetê-la à avaliação da Diretoria Executiva;
- b) Fiscalizar e zelar pelo cumprimento, por parte dos Associados, das normas definidas na autorregulação que se refiram aos temas de sua responsabilidade;
- c) Analisar questões técnicas ligadas a temas de sua competência, orientar interessados e propor à Diretoria Executiva a adoção de melhores práticas a serem observadas por parte dos Associados;
- d) Apresentar à Diretoria Executiva o acompanhamento das apurações de infração à autorregulação referente à sustentabilidade, meio ambiente e segurança do trabalho e sugerir a aplicação de penalidades, quando foro caso;
- e) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva, elaborar

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

estudos, relatórios e pareceres sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na implementação, fiscalização e execução de políticas públicas estritamente alinhadas às finalidades do Instituto e que digam respeito à sustentabilidade, meio ambiente e segurança do trabalho.

§1º. Tendo em vista a transversalidade dos temas abordados pelo Comitê Intersetorial de Sustentabilidade e Segurança do Trabalho, assim como as especificidades relativas às diferentes atividades econômicas desenvolvidas pelos associados do Instituto, poderá o Comitê decidir pela criação de Grupos de Trabalho – GTs – com objetivos e agendas de trabalho relativas aos temas em apreciação pelo Comitê Intersetorial, na forma do Artigo 55º.

§2º. Os Grupos de Trabalho deverão ser integrados por representantes da atividade econômica objeto da proposta de normas e questões técnicas abordadas pelo Comitê Intersetorial, além de outros que, de acordo com o conhecimento técnico, sejam porventura necessários.

Artigo 52º. Compete ao Comitê de Infraestrutura, dentre outras funções que lhe forem atribuídas:

- a) Elaborar proposta de normas de autorregulação referentes à infraestrutura e submetê-la à avaliação da Diretoria Executiva;
- b) Fiscalizar e zelar pelo cumprimento, por parte dos Associados, das normas definidas na autorregulação que se refiram aos temas de sua responsabilidade;
- c) Analisar questões técnicas ligadas a temas de sua competência, orientar os interessados e propor à Diretoria Executiva a adoção de melhores práticas a serem observadas por parte dos Associados;
- d) Apresentar à Diretoria Executiva o acompanhamento das apurações de infração à autorregulação referente a infraestrutura e sugerir a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- e) Acompanhar as questões inerentes à infraestrutura e propor à Diretoria Executiva a adoção ou desenvolvimento de projetos, alterações de normas e orientações aos Associados;
- f) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva, elaborar estudos, relatórios e pareceres sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na implementação, fiscalização e execução de políticas públicas estritamente alinhadas às finalidades do Instituto e que digam respeito a infraestrutura.

Artigo 53º. Compete ao Comitê de Integridade, dentre outras funções que lhe forem atribuídas:

- a) Elaborar proposta de normas de autorregulação referentes à Compliance e integridade e

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

submetê-la à avaliação da Diretoria Executiva;

- b) Fiscalizar e zelar pelo cumprimento, por parte dos Associados, das normas definidas na autorregulação que se refiram aos temas de sua responsabilidade;
- c) Analisar questões técnicas ligadas a temas de sua competência, orientar os interessados e propor à Diretoria Executiva a adoção de melhores práticas a serem observadas por parte dos Associados;
- d) Apresentar à Diretoria Executiva o acompanhamento das apurações de infração à autorregulação referente a integridade e sugerir a aplicação de penalidades, quando for o caso;
- e) Acompanhar as questões inerentes à integridade e propor à Diretoria Executiva a adoção ou desenvolvimento de projetos, alterações de normas e orientações aos Associados; e
- f) Acompanhar a discussão e, quando solicitado pela Diretoria Executiva, elaborar estudos, relatórios e pareceres sobre projetos de lei e outros atos normativos que tenham por objeto ou possam produzir efeitos na regulação de elementos alinhados às finalidades do Instituto e que digam respeito a integridade, Compliance e combate a corrupção.

Artigo 54º. As atividades e os critérios de formação dos Comitês serão definidos em ato da Diretoria Executiva, com a participação dos Associados que manifestarem interesse em participar da formação dos Comitês.

§1º. Os associados interessados na formação de Comitês poderão requerer a sua criação à Diretoria, que decidirá de forma fundamentada na forma do artigo 27º, item (i) deste Estatuto.

§2º. Durante o período em que os Comitês do Instituto não estiverem devidamente instalados, a competência e responsabilidade atribuída aos referidos comitês, conforme prevista nesta Seção VII, será exercida pela Diretoria Executiva.

Artigo 55º. No exercício de suas funções, os Comitês avaliarão o cumprimento e a adequação, pelos Associados, à autorregulação instituída, e reportarão os casos de desconformidade à Diretoria Executiva, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Artigo 56º. Com o objetivo de auxiliar os Comitês, poderão ser criados Grupos de Trabalhos e Comissões de Acompanhamento de mercados e de atividades dos Associados, conforme parâmetros determinados em cada ato de criação de Grupo ou Comissão.

§1º. Os associados interessados na formação de Grupos de Trabalho e/ou Comissões de Acompanhamento poderão requerer a sua criação à Diretoria, que decidirá de forma fundamentada na forma do artigo 56º, item (i) deste Estatuto.

§2º. A Diretoria Executiva poderá instituir contribuições específicas, a serem pagas pelos Associados

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

ou por terceiros, com o objetivo de custear estudos, pesquisas, sondagens, projetos ou atividades determinados e/ou específicos.

Artigo 57º. A Diretoria Executiva poderá constituir Grupos de Trabalho ou Comissões de Acompanhamento, de caráter transitório ou não, destinados a auxiliar as atividades associativas, dentre as quais se inclui a de colaborar com a atividade da autorregulação, formados por Associados e integrantes externos, inclusive agentes públicos (desde que, nesse caso, aprovado pelo Conselho de Ética e Integridade).

Parágrafo Único. O objeto dos Grupos de Trabalho, sua denominação e as respectivas regras de composição e funcionamento serão definidos no ato que o constituir.

CAPÍTULO V – PROCESSO DE CONFORMIDADE E PENALIDADES

Artigo 58º. Os processos de conformidade, com a finalidade de ajustar condutas, cessar práticas, obter compromissos de conformidade, apurar irregularidades e aplicar penalidades aos Associados, respeitarão os procedimentos específicos a serem estabelecidos, na autorregulação do setor e nos demais dispositivos legais aplicáveis, e observarão as seguintes diretrizes:

- a) Obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
- b) Respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa;
- c) Possibilidade de adoção de métodos alternativos de resolução de disputas e conflitos;
- d) Atenção à proporcionalidade e à razoabilidade;
- e) Formalidade moderada, necessária à garantia dos direitos dos Associados e à resposta efetiva e tempestiva por parte do Instituto;
- f) Preferência por métodos alternativos, negociais e restaurativos de solução de conflitos, tais como composição, mediação e arbitragem;
- g) Inexistência de juízo ou tribunal de exceção; e/ou
- h) Transparência e publicidade dos atos, respeitados os direitos fundamentais dos Associados e o sigilo legal das informações.

Artigo 59º. Sem prejuízo de outras penalidades previamente definidas em autorregulação, a infração a dispositivos deste Estatuto e o cometimento de atos ilícitos, irregulares, em desacordo com os melhores práticas de governança e de mercado ou, ainda, incompatíveis com o decoro ético e profissional sujeitará os Associados às seguintes penalidades:

- a) Carta de advertência em caráter privado;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

- b) Multa;
- c) Advertência pública;
- d) Suspensão da certificação ou do selo conferido pelo Instituto;
- e) Imposição de obrigação de fazer ou de não fazer, que incluirão, dentre outros, o compromisso de cessão de prática, o termo de ajustamento de conduta e o compromisso de conformidade; e
- f) Exclusão do Instituto.

Artigo 60º. Compete à Ouvidoria ou, em sua ausência, ao Conselho de Ética e Integridade, e sem prejuízo do auxílio técnico dos demais Comitês, receber reclamações, denúncias e notícias de fato e, se for o caso, apurar a ocorrência de infrações à autorregulação e elaborar relatório circunstanciado, remetendo o processo para decisão e julgamento por parte da Diretoria Executiva, respeitando-se a confidencialidade das informações, o contraditório e ampla defesa, bem como os direitos da personalidade.

§1º. Compete à Diretoria Executiva, mediante proposta do Conselho de Ética e Integridade, definir o recebimento de reclamações e denúncias, e o procedimento de instauração, instrução e julgamento dos processos de conformidade e dos sancionatórios.

§2º. Os processos de conformidade e os sancionatórios deverão contemplar, no mínimo, dentre outros elementos, a descrição dos fatos averiguados e a recomendação de penalidade a ser aplicada, assegurado o direito de defesa do Associado, sem prejuízo da oralidade e da informalidade do procedimento, de acordo com o que dispuser a autorregulação.

Artigo 61º. A decisão que importe em penalidade ao Associado deverá ser tomada pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo, conforme aplicável, cabendo recurso ao Associado.

§1º. Qualquer Associado poderá ser penalizado, incluindo tendo seus direitos suspensos temporariamente, pelo prazo máximo de até 3 (três) anos, ou ser excluído do Instituto por “Justa Causa”, assim entendida a prática realizada por um Associado de qualquer das seguintes condutas, sem prejuízo do que dispuser a autorregulação:

- a) Infração de qualquer disposição estatutária, regimental ou qualquer decisão dos órgãos sociais;
- b) Qualquer ato que implique desabono ou descrédito do Instituto ou de seus membros;
- c) Qualquer ato ou conduta, em nome do Instituto, para tirar proveito patrimonial ou pessoal, para si ou para terceiros;
- d) Comportamento que importe em efetivo dano ou prejuízo para o Instituto, direto ou

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

indireto ou qualquer ato ou conduta considerados reprováveis pelo Conselho de Ética e Integridade do Instituto; ou

- e) Participação em atividades que contrariem decisões dos órgãos administrativos ou deliberativos.

§2º. Sem prejuízo do procedimento específico previsto no Artigo 60º, em caso de suspensão (que não poderá ser superior ao período de 3 (três) anos) ou exclusão de Associado, ao Associado caberá direito de ampla defesa, assegurada apresentação de recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão formulada pela Diretoria. O recurso será apreciado pelo Conselho Deliberativo na primeira reunião a ser realizada pelo Conselho Deliberativo após a apresentação do recurso.

Artigo 62º. Caberá à Diretoria Executiva encaminhar ao Conselho Deliberativo o pedido de suspensão (que não poderá ser superior ao período de 3 (três) anos), ou exclusão do Associado nas hipóteses indicadas no §1º do Artigo 60º.

§1º. Ao Associado caberá direito de ampla defesa, assegurada apresentação de recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência do pedido formulado pelo Conselho Deliberativo sobre sua suspensão ou exclusão, conforme aplicável. O recurso será apreciado pela Assembleia Geral na primeira reunião a ser realizada pela Assembleia Geral após a apresentação do recurso.

§2º. O Associado recorrente estará impedido de votar na Assembleia Geral que deliberar sobre seu recurso.

§3º. A penalidade de exclusão acarretará a inaptidão do Associado para o retorno ao quadro social pelo período de 3 (três) anos.

Artigo 63º. A penalidade de multa não excederá 100 (cem) vezes o valor da maior contribuição mensal aplicável ao Associado no momento da ocorrência da infração.

Artigo 64º. Se a infração cometida exigir ajuste ou regularização de conduta por parte do Associado, a Diretoria Executiva assinalará prazo para cumprimento da medida, sob pena de agravamento da sanção aplicada.

Artigo 65º. Nos casos de liquidação judicial ou extrajudicial do Associado, após o trânsito em julgado ou a conclusão da liquidação extrajudicial, respectivamente, caberá ao Conselho de Ética e Integridade instaurar processo para analisar o caso e, ao entender cabível, recomendar à Diretoria Executiva a aplicação de penalidade.

Artigo 66º. Na hipótese em que autoridade competente, judicial, controladora ou administrativa, vier a impor ao Associado, por meio de decisão final, penalidade que resulte no cancelamento, suspensão,

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

cassação ou proibição total ou parcial do exercício de atividades consideradas necessárias ao ingresso no quadro associativo, caberá ao Conselho de Ética e Integridade instaurar processo para analisar o caso e, ao entender cabível, recomendar à Diretoria Executiva a aplicação de penalidade.

CAPÍTULO VI – DO PATRIMÔNIO, RECEITA E DESTINAÇÃO

Artigo 67º. O patrimônio do Instituto será constituído de bens móveis e imóveis, títulos, valores, direitos e recursos financeiros adquiridos ou recebidos sob a forma de doação, legado, subvenção, auxílio ou de qualquer outra forma lícita, devendo ser administrado e utilizado exclusivamente para o restrito cumprimento de suas finalidades sociais.

Artigo 68º. Constituem receitas do Instituto:

- a) Taxa a ser paga como condição ao ingresso do Associado no Instituto, cujo valor deverá ser, no mínimo, equivalente a 1 (uma) vez o valor total de contribuições ordinárias aplicáveis, em período de 12 (doze) meses, à categoria do Associado à época de seu ingresso no Instituto (“Taxa de Ingresso”);
- b) Contribuições, ordinárias e extraordinárias, de seus Associados;
- c) Doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, sejam, ou não, seus Associados, de entidades governamentais ou não governamentais, nacionais ou estrangeiras, observado o disposto na alínea (y) do Artigo 22º;
- d) Receitas do Instituto que se originarem da exploração das atividades inerentes ao seu objeto, inclusive eventos, seminários, publicações (cujo resultado será integral e necessariamente revertido para a consecução de seu objetivo social);
- e) Recursos captados por meio de contratos, patrocínios, convênios ou parcerias, públicos ou privados, para a execução de projetos ou ações institucionais;
- f) Rendimentos resultantes da aplicação de multas aos Associados ou da gestão de seu patrimônio, inclusive decorrentes de aplicações financeiras ou de rendas auferidas de seus bens patrimoniais;
- g) Proventos do Fundo Patrimonial transferidos para as contas do Instituto, nos termos deste Estatuto;
- h) Usufrutos que forem constituídos em favor do Instituto;
- i) Bens e valores que lhe sejam destinados, na forma da lei, pela extinção de instituições similares; e

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

j) Por outras rendas eventuais.

§1º. As contribuições periódicas devidas pelos Associados deverão ser fixadas pelo Conselho Deliberativo com base em percentual do faturamento bruto do respectivo Associado, observando: (i) em qualquer caso, um valor mínimo de contribuição periódica; e (ii) que os critérios utilizados entre Associados de um mesmo segmento de atuação sejam idênticos.

§2º. Ao final de cada exercício social, o Conselho Deliberativo do Instituto deverá aprovar o Orçamento Anual do exercício social seguinte. Nessa ocasião, o Conselho Deliberativo deverá fixar o limite anual máximo das contribuições a serem realizadas, a qualquer título, por cada categoria de Associado de Setor, limite esse calculado a partir da fixação de percentual sobre o valor total das despesas previstas no Orçamento Anual aprovado.

Artigo 69º. A Diretoria Executiva poderá rejeitar as doações e legados que contenham encargos ou gravames de qualquer espécie, ou, ainda, que sejam contrários aos seus objetivos, à sua natureza ou à lei.

Artigo 70º. Em caso de dissolução do Instituto, o respectivo patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social e que será escolhida em Assembleia Geral.

Artigo 71º. Na hipótese de o Instituto obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Artigo 72º. O Instituto adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 73º. O Instituto não distribuirá entre os seus Associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participação ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente na consecução do seu objeto social.

Artigo 74º. É vedada a concessão de empréstimos a Associados, dirigentes, conselheiros, sendo vedada, inclusive, a antecipação de remuneração, se devida.

CAPÍTULO VII - DO FUNDO DE RESERVA

Artigo 75º. O Conselho Deliberativo poderá instituir um Fundo de Reserva, composto por ativos destinados a garantir a sustentabilidade do Instituto e a manutenção de seu patrimônio para permitir

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

a consecução de seu objeto social.

Artigo 76º. O Fundo de Reserva será segregado dos demais recursos e reservas do Instituto e tem por objetivo a preservação de seu patrimônio, bem como assegurar a integridade do Instituto, e poderá ser utilizado sempre que não houver recursos suficientes para o pagamento das despesas necessárias à manutenção de suas atividades ou, excepcionalmente, quando recomendado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo, destinar-se-á às demais atividades e projetos do Instituto.

Parágrafo Único. O Fundo de Reserva será formado conforme critério a ser definido periodicamente pelo Conselho Deliberativo, com base em estudo de risco a ser realizado pela Diretoria Executiva do Instituto, vinculado ao valor de (i) todas as doações, taxas e contribuições realizadas pelos Associados, de dotações do próprio Instituto, e (ii) doações de demais pessoas físicas ou jurídicas, quando tais doações não forem realizadas a projetos ou programas específicos.

CAPÍTULO VIII – DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 77º. O exercício social do Instituto começa em 1º de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano civil, quando serão levantadas as demonstrações financeiras.

Artigo 78º. A prestação de constas do Instituto observará no mínimo:

- a) Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras, incluindo as certidões negativas de débitos junto à Receita Federal do Brasil e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, colocando- os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termos de parcerias, conforme previsto em regulamento; e
- d) O disposto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, para prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo Instituto.

Artigo 79º. A Diretoria Executiva, no prazo de até 30 (trinta) dias anteriores à data marcada para a realização da Assembleia Geral que analisar as contas do Instituto, disponibilizará para consulta dos Associados na sede social:

- a) Relatório da administração;

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

- b) Cópia do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras; e
- c) Parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 80º. As pessoas físicas ou jurídicas que contribuem para o Instituto com doações ou qualquer outro tipo de contribuição pecuniária renunciarão expressamente, por si e seus herdeiros e sucessores, no ato de formalização da doação ou contribuição feita, a qualquer tipo de reembolso, mesmo em caso de extinção ou liquidação do Instituto.

Artigo 81º. As referências no presente Estatuto a atos de corrupção e a outros tipos penais abrangem os atos ilícitos conforme previamente disciplinados na legislação penal brasileira e na autorregulamentação do setor, sendo vedado ao Instituto impor aos Associados qualquer sanção ou penalidade sem que haja prévia definição em lei ou na autorregulamentação.

Artigo 82º. No exercício dos direitos, deveres e obrigações previstos neste Estatuto, na autorregulação e nas leis aplicáveis, o Instituto e seus Associados, membros do Conselho Deliberativo, Diretores Executivos, consultores, assessores, superintendentes, administradores e operacionais, funcionários, prestadores de serviço, colaboradores e terceiros por ela contratados se obrigam a:

- a) Não dar, não receber, não oferecer e não prometer, direta ou indiretamente, qualquer bem, valor ou vantagem de qualquer natureza a servidores e/ou funcionários e/ou empregados públicos, agentes públicos e políticos, autoridades ou a qualquer pessoa a eles relacionada, ou, ainda, a quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades públicas ou privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou tomada de decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção e de integridade, com o objetivo de prevenir atos de corrupção e anticoncorrenciais, superfaturamento de obras públicas e/ou privadas, fraudes corporativas e licitatórias, lavagem de dinheiro, evasão de tributos, dentre outros ilícitos;
- c) Não fazer doações a partidos políticos, a candidatos ou a dirigentes, prepostos ou pessoas a ele ligados, em desacordo com a lei eleitoral; e
- d) Manter a confidencialidade sobre documentos, dados e informações próprias e de terceiros que venham possuir ou ter conhecimento em razão de sua participação como Associado, que possam ser ética, corporativa ou concorrencialmente sensíveis, e não utilizar o nome, os símbolos ou as dependências do Instituto para qualquer contato,


Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **490.706** em **15/12/2023** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

reunião ou troca de informações que possam configurar práticas ilegais, anticompetitivas, conluio e/ou arranjos ilícitos.

Parágrafo Único. A infração ao disposto neste artigo, dentre outras que vierem a ser apuradas, constitui falta grave e sujeitará o infrator à responsabilidade civil, criminal, administrativa, eleitoral e trabalhista, nos termos das leis aplicáveis a cada caso, e às consequências definidas na autorregulação.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo do IBRIC em 18 e outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**
Data: 28/11/2023 12:24:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Gonzaga Alves Pereira

Secretário da Mesa

Silvia Côrtes de Lacerda Ribeiro

Advogada – OAB/RJ 117.009

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34



38 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 28 de November de 2023,
15:43:13



Anexo II I - Estatuto Social do IBRIC - Alteracao Outubro 2023 assinado pdf

Código do documento 973df5a2-14e4-4107-8f05-a4f2de086653



Assinaturas



SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO
Certificado Digital
silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br
Assinou

Eventos do documento

28 Nov 2023, 14:07:03

Documento 973df5a2-14e4-4107-8f05-a4f2de086653 **criado** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-11-28T14:07:03-03:00

28 Nov 2023, 14:07:33

Assinaturas **iniciadas** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-11-28T14:07:33-03:00

28 Nov 2023, 15:32:53

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO **Assinou** Email: silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br. IP: 187.102.134.82 (mvx-187-102-134-82.mundivox.com porta: 54310). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO. - DATE_ATOM: 2023-11-28T15:32:53-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a1221583e0fb4d63a36612bd21beabd975015fefcdcbf5e83f58bd3ab93967ce
(SHA512):f16b77a9dad4860a092e135f8c62926783e1b699d151335d531cb6919cac32888956ec4389aa99aacc6e24abe224ddf23d6a9a0a1e65ec8a937d4875bf1adcc2

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34



INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

CNPJ 37.264.809/0001-30

("Instituto")

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA

GERAL EXTRAORDINÁRIA - AGE

O Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, pelo presente edital, conforme preveem os art. 17 e 18 do Estatuto Social, CONVOCA todos os Associados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma presencial no endereço abaixo ou por vídeo conferência via plataforma Zoom conforme o *link* abaixo no dia 18/10/2023, às 14:30 hrs, em primeira convocação e às 15:00 hrs em segunda convocação com qualquer quórum, com a seguinte ordem do dia:

- (i) Proposta de alteração da Seção VI – Conselho de Ética e Integridade – Artigos 40º ao 48º – Competências e outras funções atribuídas ao Conselho de Ética e Integridade. Submissão à Assembleia Geral para decisão sobre alterações propostas para os Artigos e aprovadas pelo Conselho Deliberativo; e alteração da numeração dos demais artigos subsequentes.
- (ii) Eleição para membros do Conselho Deliberativo com mandatos vencendo em outubro de 2023, sendo permitida a reeleição conforme estatuto aprovado em AGE do dia 02 de agosto de 2023.

Os documentos a serem examinados na AGE estão disponíveis para análise e consulta dos associados, no site do Instituto, no endereço eletrônico www.ibric.org.br, sendo simultaneamente enviados por email aos representantes das empresas e entidades associadas.

Endereço para reunião presencial:

Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo –
SINICESP Avenida Rebouças 3443 – Pinheiros – São Paulo – SP

Entrar Link da Reunião (ZOOM):

<https://us06web.zoom.us/j/82621880635>

ID da reunião: 826 2188 0635

Senha: 133410

São Paulo, 02 de outubro de de 2023

Luiz Gonzaga Alves Pereira
Presidente do Conselho Deliberativo

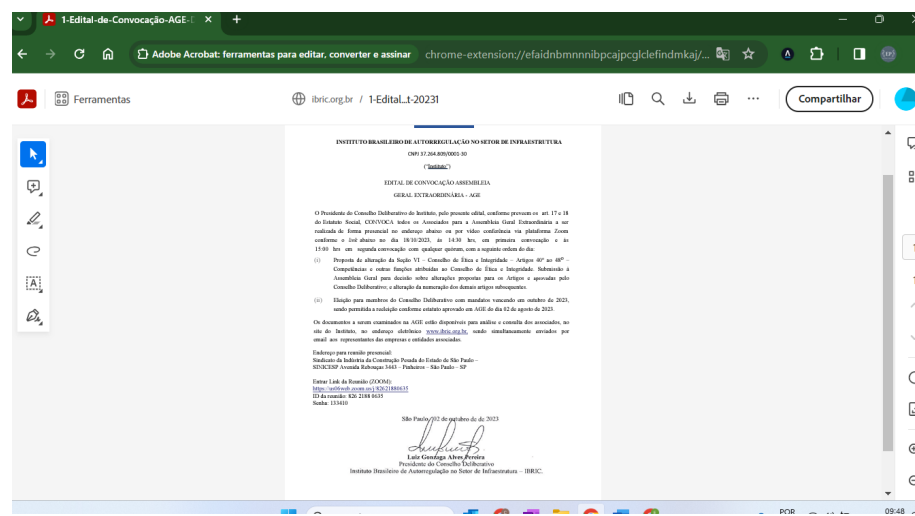
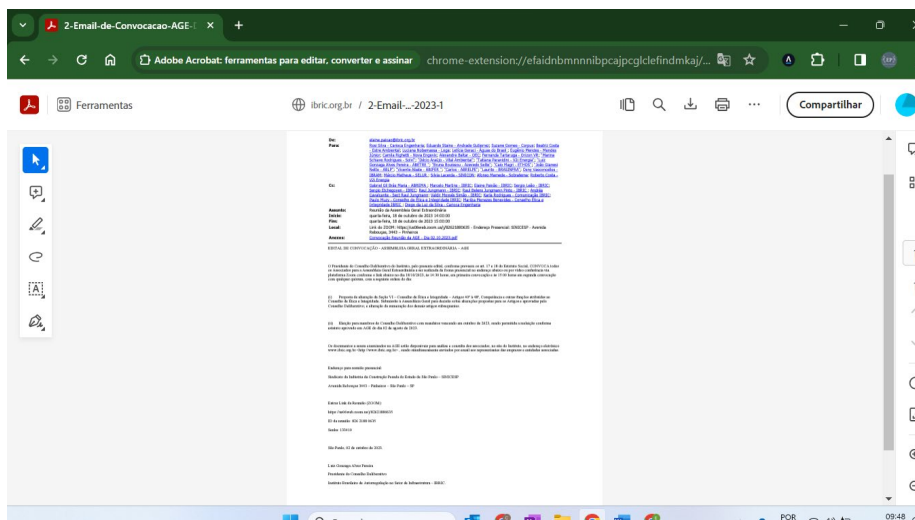
Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura – IBRIC.

Página
000049/000079

Registro Nº
490.706
15/12/2023

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34



Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **490.706** em **15/12/2023** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

De: elaine.paixao@ibric.org.br
Para: [Rosi Silva - Carioca Engenharia](#); [Eduardo Staino - Andrade Gutierrez](#); [Suzane Gomes - Corpus](#); [Beatriz Costa - Estre Ambiental](#); [Luciana Nobemassa - Loga](#); [Letícia Geraci - Águas do Brasil](#); [Eugênio Mendes - Mendes Júnior](#); [Camila Righetti - Nova Engevix](#); [Alexandre Baltar - OEC](#); [Fernanda Tartaruga - Orizon VR](#); [Marina Schiave Rodrigues - Solvi](#); [Décio Araújo - Vital Ambiental](#); [Tatiana Paravidini - V2i Energia](#); [Luiz Gonzaga Alves Pereira - ABETRE](#); [Bruna Bouissou - Azevedo Sette](#); [Caio Magri - ETHOS](#); [João Gianesi Netto - ABLP](#); [Vicente Abate - ABIFER](#); [Carlos - ABRELPE](#); [Laurito - BRASINFRA](#); [Osny Vasconcellos - IBRAM](#); [Márcio Matheus - SELUR](#); [Sílvia Lacerda - SINICON](#); [Afonso Mamede - Sobratema](#); [Roberto Costa - V2i Energia](#)
Cc: [Gabriel Gil Brás Maria - ABREMA](#); [Marcelo Martins - IBRIC](#); [Elaine Paixão - IBRIC](#); [Sergio Leão - IBRIC](#); [Sergio Etchegoyen - IBRIC](#); [Raul Jungmann - IBRIC](#); [Raul Belens Jungmann Pinto - IBRIC](#); [Andréa Cavalcante - Sect Raul Jungmann](#); [Valdir Moysés Simão - IBRIC](#); [Karla Rodrigues - Comunicação IBRIC](#); [Paulo Muzy - Conselho de Ética e Integridade IBRIC](#); [Marilza Menezes Benevides - Conselho Ética e Integridade IBRIC](#); [Diego da Luz da Silva - Carioca Engenharia](#)
Assunto: Reunião da Assembleia Geral Extraordinária
Início: quarta-feira, 18 de outubro de 2023 14:00:00
Fim: quarta-feira, 18 de outubro de 2023 15:00:00
Local: Link do ZOOM: <https://us06web.zoom.us/j/82621880635> - Endereço Presencial: SINICESP - Avenida Rebouças, 3443 – Pinheiros
Anexos: [Convocação Reunião da AGE - Dia 02.10.2023.pdf](#)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – AGE

O Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto, pelo presente edital, conforme preveem os art. 17 e 18 do Estatuto Social, CONVOCA todos os Associados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de forma presencial no endereço abaixo ou por vídeo conferência via plataforma Zoom conforme o link abaixo no dia 18/10/2023, às 14:30 horas, em primeira convocação e às 15:00 horas em segunda convocação com qualquer quórum, com a seguinte ordem do dia:

- (i) Proposta de alteração da Seção VI – Conselho de Ética e Integridade – Artigos 40º à 48º, Competência e outras funções atribuídas ao Conselho de Ética e Integridade. Submissão à Assembleia Geral para decisão sobre alterações propostas para os Artigos e aprovadas pelo Conselho Deliberativo; e alteração da numeração dos demais artigos subsequentes.
- (ii) Eleição para membros do Conselho Deliberativo com mandatos vencendo em outubro de 2023, sendo permitida a reeleição conforme estatuto aprovado em AGE do dia 02 de agosto de 2023.

Os documentos a serem examinados na AGE estão disponíveis para análise e consulta dos associados, no site do Instituto, no endereço eletrônico www.ibric.org.br <<http://www.ibric.org.br>>, sendo simultaneamente enviados por email aos representantes das empresas e entidades associadas.

Endereço para reunião presencial:

Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP

Avenida Rebouças 3443 – Pinheiros – São Paulo – SP

Entrar Link da Reunião (ZOOM):

<https://us06web.zoom.us/j/82621880635>

ID da reunião: 826 2188 0635

Senha: 133410

São Paulo, 02 de outubro de 2023.

Luiz Gonzaga Alves Pereira

Presidente do Conselho Deliberativo

Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura – IBRIC.

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **490.706** em **15/12/2023** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

Carimbo de data/hora	E-mail	1. Empresa/Entidade	2. Nome Completo	3. Telefone de contato
18/10/2023 14:16:52	maria.araujo@novaengev	Nova Participações	Maria Clara Alves Araujo	12981601881
18/10/2023 14:30:54	laurito@brasinfra.org.br	BRASINFRA	Carlos Alberto Laurito	11996147407
18/10/2023 14:31:39	elaine.paixao@ibric.org.br	IBRIC	Elaine Cristina Paixão de	11992699491
18/10/2023 14:32:24	marcelo.martins@ibric.org.br	IBRIC	Marcelo Martins	11960854399
18/10/2023 14:32:55	lugonap@outlook.com	ABREMA	Luiz Gonzaga Alves Perei	11963803003
18/10/2023 14:33:18	paulomuzzy@usp.br	IBRIC	Paulo de Tarso Artencio M	11973369937
18/10/2023 14:33:49	eugenio.mendes@mende	Mendes Junior	Eugenio Jose Bocchese M	21995019560
18/10/2023 14:34:16	sergio.leao@ibric.org.br	IBRIC	Sergio França Leão	11989270041
18/10/2023 14:34:45	vsimao@warde.com.br	IBRIC	Valdir Moyses Simão	61996451808
18/10/2023 14:34:54	caio.magri@etho.org.br	Instituto Ethos de Empres	Caio Magri	11988955773
18/10/2023 14:34:56	sergio.etcgoyen@ibric.org.br	IBRIC	Sergio Westphalen Etche	61999860500
18/10/2023 14:35:17	daraujo@vitalambiental.co	Vital Engenharia Ambienta	Decio Vieira de Araujo	21999611670
18/10/2023 14:37:47	abaltar@oec-eng.com	OEC	Alexandre Moreira Baltar	11942588267
18/10/2023 14:39:24	joagianesi@uol.com.br	Instituto Valoriza Resíduo	João Gianesi Netto	1132662484
18/10/2023 14:42:39	lcarvalho@loga.com.br	LOGA	Luciana M Nobemassa	11991327709
18/10/2023 14:45:41	eduardo.staino@agnet.co	Andrade Gutierrez	Eduardo Diniz Longo Stai	21984209834
18/10/2023 14:45:44	bbouissou@azevedosette	Azevedo Sette Advogado	Bruna Rodrigues de Paul	31999563776
19/10/2023 15:51:41	leticia.geraci@grupoagua	Grupo Águas do Brasil	Letícia Geraci Lima	21997004064
18/10/2023 15:48:31	silvia.lacerda@ziparticipa	SINICON	Sílvia Côrtes de Lacerda	21999243714

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Seção VI – Conselho de Ética e Integridade

Artigo 40º. O Instituto terá um Conselho de Ética e Integridade, de funcionamento permanente, que atuará na forma deste Estatuto Social.

Artigo 41º. O Conselho de Ética e Integridade será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 5 (cinco) membros, indicados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida uma reeleição sucessiva.

§1º. O Conselho de Ética e Integridade será formado por pessoas naturais e com conhecimento e experiência compatíveis com o cargo. Não podem ser eleitos para o Conselho de Ética e Integridade, ou mantidos no cargo durante seu mandato, as pessoas: (i) impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, (ii) que tiverem interesses perenes conflitantes com o Instituto, (iii) que não tenham reputação ilibada, (iv) que são membros de órgãos de administração ou empregados do Instituto ou de Associados, e (v) o cônjuge ou parente, até quarto grau, de administradores do Instituto.

§2º. O Presidente do Conselho de Ética e Integridade será eleito pela maioria dos membros do Conselho de Ética e Integridade na primeira reunião realizada após sua eleição. Ao Presidente do Conselho de Ética e Integridade caberá convocar as reuniões do Conselho de Ética e Integridade com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência mediante aviso por escrito aos demais conselheiros.

§3º. Os membros de Conselho de Ética e Integridade não serão remunerados por suas funções estatutárias.

§4º. Terminado o mandato, os Conselheiros permanecerão em seus cargos até a nomeação e posse de seus substitutos.

§5º. No caso de vacância, por qualquer razão, ainda que temporária e superior a 90 (noventa) dias, de membro do Conselho de Ética e Integridade, esta vacância deverá ser comunicada pelo Presidente do Conselho de Ética e Integridade ou, em sua ausência, por qualquer de seus membros, ao Presidente do Conselho Deliberativo, que solicitará à Diretoria Executiva a indicação do nome do substituto, para completar o mandato do membro substituído.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Artigo 42º. Compete ao Conselho de Ética e Integridade, além de outras funções que lhe sejam atribuídas:

- a) Zelar pelo cumprimento do Código de Ética e Integridade do Instituto, por parte de todos os seus Associados, Conselheiros, membros de comitês, diretores, integrantes, fornecedores e demais colaboradores.
- b) Elaborar e propor alterações ao Regimento do Conselho de Ética e Integridade do Instituto, e esclarecer dúvidas de interpretação de suas diretrizes e normas, sempre que solicitado por quaisquer órgãos sociais do Instituto.
- c) Propor a criação e/ou atualização de procedimentos e normas internas do Instituto, sempre que houver necessidade, em função de atualizações realizadas no Estatuto e no Regimento Interno do Conselho de Ética e Integridade, a fim de garantir a manutenção de um ambiente com regras uniformes, claras e formalizadas.
- d) Analisar e orientar quanto a questões éticas ligadas à missão e/ou estratégia do Instituto, bem como à condução de seus Associados e dos membros dos órgãos internos do Instituto.
- e) Recomendar atividades de reforço da ética na cultura organizacional dos órgãos internos do Instituto e de seus associados, inclusive campanhas esporádicas de conscientização, educação e treinamento éticos, sempre que o Conselho de Ética e Integridade julgar cabível.
- f) Recomendar ações de promoção da ética e acompanhar o desenvolvimento de práticas de disseminação sobre o conteúdo do objetivo do Instituto e seus princípios, bem como outras ações específicas, sempre que o Conselho de Ética e Integridade julgar necessário.
- g) Receber relatos e denúncias de infração ao Código de Ética e Integridade e outras normas do IBRIC.
- h) Analisar, instaurar e julgar processos de apuração de infração relatada referentes a seus funcionários, dirigentes, conselheiros ou órgãos de assessoramento à Diretoria e/ou ao Conselho Deliberativo, bem como referentes aos Associados no âmbito das dependências ou da atuação do IBRIC, nos termos da autorregulação, e recomendar à Diretoria Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo, conforme aplicável, o arquivamento ou a aplicação de penalidade, de acordo com o procedimento previsto no Regimento Interno do Conselho de Ética e Integridade.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

§ 1º. Sempre que o Conselho de Ética e Integridade julgar necessário, solicitará ao Conselho Deliberativo ou à Diretoria Executiva, à escolha do Conselho de Ética e Integridade, determinada com base na seriedade e gravidade do fato, a contratação de serviços externos especializados, inclusive jurídicos, para realizar e/ou auxiliar na condução de investigações.

- i) Responder, quando solicitado pelos órgãos sociais, a consultas e dúvidas sobre condutas e conflito de interesse que forem formuladas pelos colaboradores, consultores, coordenadores, assessores, funcionários e prestadores de serviço do Instituto.
- j) Quando solicitado, analisar questões relacionadas à existência ou não de conflito de interesses entre o Instituto, seus Associados, administradores, conselheiros, colaboradores e partes relacionadas
- k) Quando necessário, elaborar proposta e submeter ao Conselho Deliberativo, revisões, emendas e alterações ao Código de Ética e Integridade e à política de conflito de interesses do Instituto, definidas em autorregulação e nas leis vigentes.
- l) Dar parecer sobre doações, dotações, legados, subvenções, auxílios e contribuições de entidades governamentais, nacionais ou estrangeiras, sempre que requisitado pelos órgãos sociais do Instituto, baseando-se nos princípios da autorregulação do Instituto e na política interna que rege o tema.
- m) Analisar e deliberar sobre situações de sua competência não previstas neste Estatuto e no Regimento Interno.

§ 1º. O Conselho de Ética e Integridade poderá contar com apoio técnico e consultivo dos demais Comitês e órgãos do Instituto para cumprir com as suas funções.

Artigo 43º. O Conselho de Ética e Integridade reunir-se-á, ordinariamente, em periodicidade bimestral e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Deliberativo ou pelo Presidente do Conselho de Ética e Integridade.

§ 1º. As reuniões do Conselho de Ética e Integridade serão dirigidas pelo seu Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer um de seus membros. As reuniões serão instaladas com, pelo menos, metade dos membros em exercício e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, sendo que, em caso de empate, o Presidente do Conselho de Ética

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

e Integridade terá voto de qualidade. As deliberações do Conselho de Ética e Integridade não são vinculantes.

§ 2º. Os membros do Conselho de Ética e Integridade serão considerados presentes às reuniões, ainda que não se encontrem fisicamente em seu local de realização, se puderem, por meio de telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação similar, permanecer em contato direto com os outros membros, ouvindo-se respectivamente.

Artigo 44º. Os Associados do Instituto, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem informar e manter informado o Conselho de Ética e Integridade sobre a existência de interesses próprios, financeiros ou não, em quaisquer entidades com as quais saibam ou tenham razão para saber que o Instituto mantém transações ou parcerias ou esteja negociando transações ou parcerias. Para fins desta Seção VI, interesses incluem qualquer relacionamento direto ou indireto, por negócios, investimentos ou laços familiares, como propriedade de fato ou potencial ou participações societárias e compensações. Os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem, ainda, informar e manter informado o Conselho de Ética e Integridade a respeito de parentesco com agentes públicos até o quarto grau.

§ 1º. Os Associados do Instituto, os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto devem ainda informar ao Conselho de Ética e Integridade sobre a existência de qualquer dever de fidelidade com pessoas físicas ou jurídicas que não o Instituto e que possam comprometer a sua habilidade de juízo independente de agir no melhor interesse do Instituto.

§ 2º. O fato de Associados do Instituto, membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto ocuparem cargos estatutários em outras instituições sem fins econômicos que obtenham ou pretendam obter financiamento de instituições públicas ou privadas com as quais o Instituto também obtenha ou pleiteie financiamento não deve, por si só, ser considerado conflito de interesses, mas as condições específicas do referido fato devem ser examinadas previamente pelo Conselho de Ética e Integridade.

Artigo 45º. Se o Conselho de Ética e Integridade entender que existe conflito de interesses, referido fato deverá ser comunicado ao Conselho Deliberativo, que deverá assegurar que o Associado, membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e/ou dos Comitês em questão não participe da decisão final sobre o tema. O Conselho

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

Deliberativo pode ainda aprovar o tema ou uma alternativa, se considerar que esta última: (i) é do interesse do Instituto e em seu benefício; (ii) é justa e razoável para o Instituto; ou (iii) é o mais vantajoso que o Instituto pode obter com esforços razoáveis ante às circunstâncias determinadas.

Artigo 46º. Os Associados, membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e dos Comitês do Instituto não devem fazer uso político de sua posição no Instituto, e devem divulgar ao Conselho de Ética e Integridade qualquer interesse político que possa comprometer sua atuação no Instituto e sua capacidade de exercer juízo independente e agir no melhor interesse do Instituto.

Artigo 47º. Se um membro do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Consultivo e/ou dos Comitês violar a política de conflito de interesses, o Conselho Deliberativo, para proteger os interesses do Instituto, tomará as medidas cabíveis contra a pessoa em questão. Tal medida pode incluir advertência formal, cancelamento da transação que gerou o conflito de interesses, suspensão ou destituição de empregados ou membros do Instituto, observadas as regras deste Estatuto e da política interna de conflito de interesses.

Artigo 48º. As atividades do Conselho de Ética e Integridade são confidenciais. Dessa forma, os Associados e convidados deverão manter sigilo total sobre os temas tratados nas reuniões até a publicação dos mesmos, não podendo, em qualquer hipótese, manifestarem-se publicamente e individualmente sobre questões que não tenham sido discutidas e/ou aprovadas no Conselho de Ética e Integridade.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **ALEXANDRE MOREIRA BALTAR**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador do Documento de Identidade RG nº 3.753.639-PE, inscrito no CPF sob o nº 820.243.084-49, e-mail abaltar@oec-eng.com, com endereço comercial situado na Av. das Nações Unidas, 14.401 – 4º andar – Torre Aroeira, Parque da Cidade, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **ALEXANDRE MOREIRA BALTAR**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

ALEXANDRE MOREIRA
BALTAR:82024308449

Assinado de forma digital por ALEXANDRE
MOREIRA BALTAR:82024308449
Dados: 2023.10.30 17:28:57 -03'00'

ALEXANDRE MOREIRA BALTAR

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

DOCUMENTO



Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossada a Sra. **BRUNA RODRIGUES DE PAULA BOUISSOU**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade RG nº M-9.085.626, inscrita no CPF sob o nº 001.481.856-65, e-mail bbouissou@azevedosette.com.br, com endereço comercial situado à Rua Paraíba, 1000, Térreo, CEP: 30.130-145, Belo Horizonte – MG, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

A Senhora **BRUNA RODRIGUES DE PAULA BOUISSOU**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

BRUNA RODRIGUES DE PAULA
BOUISSOU:00148185665

Assinado de forma digital por BRUNA
RODRIGUES DE PAULA
BOUISSOU:00148185665
Dados: 2023.11.08 15:39:58 -03'00'

BRUNA RODRIGUES DE PAULA BOUISSOU

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

1 NOME E SOBRENOME
BRUNA RODRIGUES DE PAULA BOUISSOU

2 DATA DE NASCIMENTO
08/01/1980, BELO HORIZONTE, MG

3 DATA ANSIAZ
31/01/2023

4 Nº DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN
30/01/2013

5 CATEGORIA
D

6 Nº DE ENTIDADE / ORG. PARCELA / UF
MG0005626 SSP MG

7 Nº DE IDENTIFICAÇÃO / IDENTIFICATION NUMBER
001481850-45

8 Nº DE PASSAPORTE / PASSPORT NUMBER
00044392322

9 CATEGORIA DE NACIONALIDADE
BRASILEIRO

10 LOCALIDADE / LOCALITY
BRUNO BOUISSOU

11 NOME DO TITULAR / HOLDER'S NAME
LUCIA RODRIGUES DE PAULA BOUISSOU

12 DISTRITO / DISTRICT

13 LOCAL
BELO HORIZONTE, MG


14 CÓDIGO DIGITALMENTE
88144828406
MGA33063999

2544375543

2544375543

MINAS GERAIS

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN


Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **CARLOS ALBERTO LAURITO**, brasileiro, economista, divorciado, portador do Documento de Identidade RG nº 6.799.760-0, inscrito no CPF sob o nº 662.416.858-72, e-mail laurito@brasinfra.org.br, com endereço residencial situado na Avenida Padre Arlindo Vieira, 1.035 – bloco 2, apto. 36, Vila Vermelha, CEP: 04.297-000, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **CARLOS ALBERTO LAURITO**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS ALBERTO LAURITO**
Data: 31/10/2023 15:37:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS ALBERTO LAURITO

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1º NOME E SOBRENOME
CARLOS ALBERTO LAURITO

1º HABILITAÇÃO
20/10/1975

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
17/10/1956 SAO CAETANO DO SUL/SP

4a DATA EMISSÃO
27/07/2022

4b VALIDADE
21/06/2027

ACC
D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
67997600 SSP/SP

4e CPF
662.416.858-72

5 Nº REGISTRO
02007932894

8 CAT. HAB.
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

PRIMAÇÃO
ODOLAN LAURITO

MARIA RITA CORREA LAURITO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9 ACC 10 11 12

ACC	10	11	12
A			
A1			
B		21/06/2027	
B1			
C			
C1			

9 10 11 12

D	10	11	12
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
D.F.

ERNESTO MASCELLANI NETO
DIRETOR PRESIDENTE DETRAN-SP

ASSINATURA DO EMISSOR
78598051185
SPD11127943

LOCAL
SAO PAULO, SP

SÃO PAULO
SENATRAN CONTRAN

2432372939

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, brasileiro, sociólogo, casado, portador do Documento de Identidade RG n. 6.856.682-7, inscrito no CPF sob o n. 996.334.858-00, e-mail caio.magri@ethos.org.br, com endereço residencial situado à Rua Lisboa, 225 – apto. 43, Pinheiros, CEP: 05.413-000, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

CAIO LUIZ CARNEIRO
MAGRI:99633485800

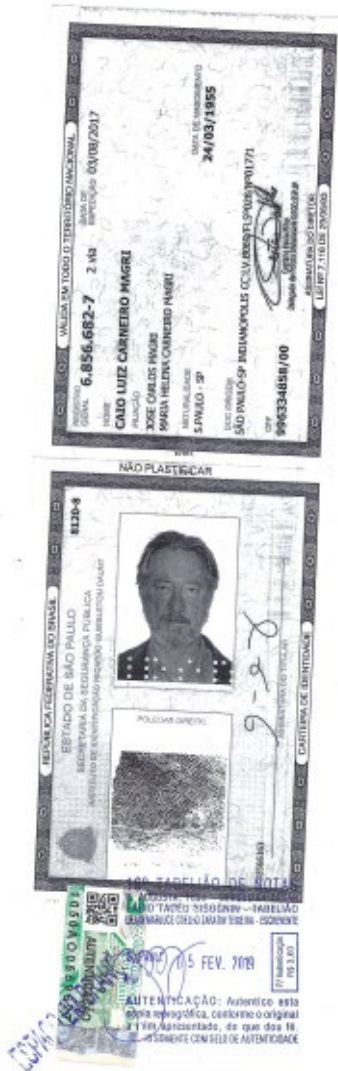
Assinado de forma digital por
CAIO LUIZ CARNEIRO
MAGRI:99633485800
Dados: 2023.11.02 10:36:55 -03'00'

CAIO LUIZ CARNEIRO MAGRI

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO



Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, brasileiro, engenheiro eletrônico, casado, portador do Documento de Identidade RG nº 10.667.823 – MG, inscrito no CPF sob o nº 068.256.926-74, e-mail eduardo.staino@agnet.com.br, com endereço comercial situado na Av. das Nações Unidas, 12.495 – 5º andar, Brooklin, CEP: 04.578-000, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **EDUARDO DINIZ LONGO STAINO**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO DINIZ LONGO STAINO
Data: 06/11/2023 12:12:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDUARDO DINIZ LONGO STAINO

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **490.706** em **15/12/2023** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: EDUARDO DINIZ LONGO STAINO 1ª HABILITAÇÃO: 19/12/2002

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 26/03/1984, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO: 20/06/2022 4b VALIDADE: 20/06/2032 ACC: D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: MG10667823 SSP MG

4d CPF: 068.256.926-74 5 Nº REGISTRO: 02667194910 9 CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: RICARDO LONGO STAINO
TANIA MARIA DINIZ LONGO STAINO

7 ASSINATURA DO PORTADOR: *Eduardo Staino*

HABILITAÇÃO
Atualizada em: 19/10/2023 - 20:29:30

Verifique autenticidade do QR Code com o app **Vio**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2414628545

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **EUGÊNIO JOSÉ BOCHESE MENDES**, brasileiro, administrador de empresas, divorciado, portador do Documento de Identidade RG nº M-1.313.897, inscrito no CPF sob o nº 596.287.586-91, e-mail eugenio.mendes@mendesjunior.com, com endereço comercial situado à Rua Pedroso Alvarenga, 1.046 – 11º andar, conjuntos 113 a 116, Itaim Bibi, CEP: 04.531-004, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **EUGÊNIO JOSÉ BOCHESE MENDES**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

EUGENIO JOSE
BOCCHESI
MENDES:59628758691

Assinado de forma digital por
EUGENIO JOSE BOCCHESI
MENDES:59628758691
Dados: 2023.10.25 14:40:46 -03'00'

EUGÊNIO JOSÉ BOCCHESI MENDES

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO

CNH Digital Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1914550505

NOME: EUGENIO JOSE BOCCHESE MENDES

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/AUF: M1313897 SSP MG

CPF: 596.287.586-91 DATA NASCIMENTO: 10/10/1958

FILIAÇÃO: ARTUR VALE MENDES
LEONILDA VALE MENDES

PERMISSÃO: ACC CAT. HNB: AD

Nº REGISTRO: 80580443406 VALIDADE: 05/09/2024 1ª HABILITAÇÃO: 09/12/1976

OBSERVAÇÕES:
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG DATA EMISSÃO: 04/10/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

20288642081
M3084442883

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento **registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros** sob nº **490.706** em **15/12/2023** e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste **1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo**. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

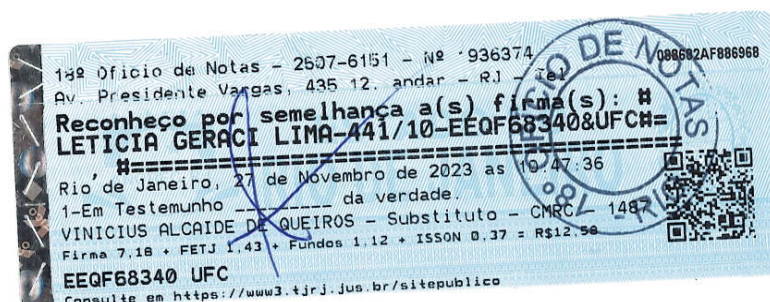
TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossada a Sra. **LETÍCIA GERACI LIMA**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade Profissional OAB/RJ nº 155.819, inscrita no CPF sob o nº 101.326.957-82, e-mail leticia.geraci@grupoaguasdobrasil.com.br, com endereço comercial situado Avenida Marques do Paraná, nº 110, Centro, CEP: 24.030-211, Niterói – RJ, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

A Senhora **LETÍCIA GERACI LIMA**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

LETÍCIA GERACI LIMA



Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado o Sr. **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**, brasileiro, engenheiro civil, portador do Documento de Identidade RG nº 10.940.930-9, inscrito no CPF sob o nº 061.580.806-91, e-mail: lgonzaga@valorizaresiduosbyablp.org.br, com endereço comercial situado ao Largo Padre Péricles, 145, 18º andar – sala 182, Barra Funda, CEP: 01.156-040, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA
Data: 01/11/2023 18:02:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 - NOME E SOBRENOME
LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA

11 - HABILITAÇÃO
28/01/1975

3 - DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
22/11/1949, LIBERABA, MG

4a - DATA EMISSÃO
22/10/2022

4b - VALIDADE
20/10/2025

ACC

D

4c - DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF
10940930 SSP SP

4d - CPF
061.580.806-91

5 - Nº REGISTRO
00979506503

6 - CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JAIME ALVES PEREIRA
ROSARIA ALVES ANGOTTI

7 - ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2465483819

ACC	A	A1	B	B1	C	C1	D	D1	DE	DE1	DTE
			20/10/2025								

12 - OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÁNSITO
816-6548739
SPOES282012

LOCAL
SÃO PAULO, SP

SÃO PAULO

2465483819


Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossado como Presidente o Sr. **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**, brasileiro, engenheiro civil, portador do Documento de Identidade RG nº 10.940.930-9, inscrito no CPF sob o nº 061.580.806-91, e-mail: lgonzaga@valorizaresiduosbyablp.org.br, com endereço comercial situado ao Largo Padre Péricles, 145, 18º andar – sala 182, Barra Funda, CEP: 01.156-040, São Paulo – SP, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

O Senhor **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**, Presidente do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA**
Data: 01/11/2023 18:02:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

DOCUMENTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 - NOME E SOBRENOME: LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA 3 - DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 28/03/1975

4 - DATA ANO CAD 22/11/1949, UBERABA, MG 5 - INSCRIÇÃO: 0019670025 ACC: D

6 - RG DE IDENTIFICAÇÃO / RGID (RGID) / CPF: 10940930 SSP SP 7 - CAT HAB: 8

8 - CPF: 061.580.806-91 9 - Nº REGISTRO: 00979504503

10 - NACIONALIDADE: BRASILEIRO

11 - ILUSTRAÇÃO: JAIME ALVES PEREIRA

12 - ASSINATURA DO PROFISSIONAL: ROSARIA ALVES ANGOTTI

2465483819

1	10	11	12	13	14	15	16	17	18
AC									
AB									
AD									
AE									
AF									
AG									
AH									
AI									
AJ									
AK									
AL									
AM									
AN									
AO									
AP									
AQ									
AR									
AS									
AT									
AV									
AW									
AX									
AY									
AZ									

13 - OBSERVAÇÕES:

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
LOCAL: SAO PAULO, SP
BR463439
SP05028002

2465483819

SÃO PAULO

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossada a Sra. **SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade OAB/RJ nº 117.009, inscrita no CPF sob o nº 082.687.437-19, e-mail: silvia.lacerda@ziparticacoes.com.br, com endereço comercial situado à Rua Lauro Muller, 216 – sala 2202 – Torre do Rio Sul, Botafogo, CEP: 22.290-160, Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

A Senhora **SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO**, membro do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS OS ESTADOS
2278641164

NOME: SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO
DOC IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF: 117009 OAB RJ
CPF: 082.687.437-19 DATA NASCIMENTO: 06/03/1978
FILIAÇÃO: ROBERTO CORTES DE LACERDA
HELENA DA ROSA CORTES DE LA CERDA
PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: B
Nº REGISTRO: 08117144177 VALIDADE: 13/09/2031 1ª HABILITAÇÃO: 29/07/1996

OBSERVAÇÕES:
A

ASSINATURA DO PORTADOR: *Silvia Cortes de Lacerda Ribeiro*
LOCAL: RIO DE JANEIRO, RJ DATA EMISSÃO: 15/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE 57010801167
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO RJ387028587

RIO DE JANEIRO
DENATRAN Iniciar CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 25 de October de 2023, 10:13:17



Anexo - Termo de Posse - SCLR pdf

Código do documento bdc0d1f9-3e5e-42fa-b755-46f37cc2df86



Assinaturas



SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO
Certificado Digital
silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br
Assinou

Eventos do documento

25 Oct 2023, 08:54:25

Documento bdc0d1f9-3e5e-42fa-b755-46f37cc2df86 **criado** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-10-25T08:54:25-03:00

25 Oct 2023, 08:55:41

Assinaturas **iniciadas** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-10-25T08:55:41-03:00

25 Oct 2023, 09:55:24

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO **Assinou** Email: silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br. IP: 187.102.134.82 (mvx-187-102-134-82.mundivox.com porta: 33824). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO. - DATE_ATOM: 2023-10-25T09:55:24-03:00

Hash do documento original

(SHA256):609bce21342b0cbec9ecf0d79e2348ebb0a027ffc5864cc0dbc18f6382b9465
(SHA512):24e900b81d6657c0fc6e0c427e70659b8e2bc619754cc4c092e675acfedca3b095bd11d2e6c8442a2ea62dd9761896ccca3b913f317621a90e22094ef7ee084d

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
R\$ 604,32	R\$ 172,39	R\$ 117,72	R\$ 31,92	R\$ 41,16	R\$ 29,17	R\$ 12,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.009,34

TERMO DE POSSE

Por meio deste ato, é empossada como Vice-Presidente a Sra. **SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO**, brasileira, advogada, casada, portadora do Documento de Identidade OAB/RJ nº 117.009, inscrita no CPF sob o nº 082.687.437-19, e-mail: silvia.lacerda@ziparticacoes.com.br, com endereço comercial situado à Rua Lauro Muller, 216 – sala 2202 – Torre do Rio Sul, Botafogo, CEP: 22.290-160, Rio de Janeiro – RJ, para o cargo de membro do Conselho Deliberativo do **INSTITUTO BRASILEIRO DE AUTORREGULAÇÃO NO SETOR DE INFRAESTRUTURA**, associação sem fins lucrativos e econômicos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 200 – 9º andar, Paraíso, CEP: 01.418-000, cuja inscrição no CNPJ sob o nº 37.264.809/0001-30, eleita com prazo de mandato de 2 (dois) anos a partir da presente data, conforme reunião da AGE, realizada em 18 de outubro de 2023.

A Senhora **SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO**, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo, que ora toma posse em seu cargo, com data de início da gestão em 18 de outubro de 2023 e duração até 18 de outubro de 2025, irá dispor de poderes para gerir e administrar o Instituto, nos termos de seu Estatuto Social e declara, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração do Instituto: (i) por lei especial; (ii) em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela; (iii) em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou (iv) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra as normas de defesa da concorrência, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de outubro de 2023.

SÍLVIA CÔRTEZ DE LACERDA RIBEIRO

Protocolo nº 583.094 de 29/11/2023 às 09:24:28h: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros sob nº 490.706 em 15/12/2023 e averbado no registro n. 463439 de 12/02/2020 neste 1º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo. Assinado digitalmente por Adriana Araujo Paulo Rego - Escrevente Autorizado.

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34

DOCUMENTO

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

VALIDA EM TODOS OS ESTADOS DO BRASIL
2278641164

NOME: SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO

DOC IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF: 117009 OAB RJ

CPF: 082.687.437-19 DATA NASCIMENTO: 06/03/1978

FILIAÇÃO: ROBERTO CORTES DE LACERDA
HELENA DA ROSA CORTES DE LA CERDA

PERMISSÃO: ACC CAT. HAB: B

Nº REGISTRO: 08117144177 VALIDADE: 13/09/2031 1ª HABILITACAO: 29/07/1996

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: RIO DE JANEIRO, RJ DATA EMISSAO: 15/09/2021

ASSINADO DIGITALMENTE 57010801167
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO RJ387028587

RIO DE JANEIRO

DENAT Iniciar CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Oficial	Estado	Secretaria Fazenda	Reg. Civil	T. Justiça	M. Público	ISS	Condução	Despesas	Total
RS 604,32	RS 172,39	RS 117,72	RS 31,92	RS 41,16	RS 29,17	RS 12,66	RS 0,00	RS 0,00	RS 1.009,34



3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 25 de October de 2023, 10:13:34



Anexo - Termo de Posse - Vice Presidente - SCLR pdf
Código do documento 271a689b-1dd6-41e2-8a54-1754f01b8a2d



Assinaturas



SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO
Certificado Digital
silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br
Assinou

Eventos do documento

25 Oct 2023, 08:52:38

Documento 271a689b-1dd6-41e2-8a54-1754f01b8a2d **criado** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-10-25T08:52:38-03:00

25 Oct 2023, 08:54:04

Assinaturas **iniciadas** por ANA PAULA ARAÚJO AQUINO VIEIRA (66bbeb28-0516-4e89-8695-4636515f0bde). Email: ana.vieira@ziparticipacoes.com.br. - DATE_ATOM: 2023-10-25T08:54:04-03:00

25 Oct 2023, 09:55:49

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO **Assinou** Email: silvia.lacerda@ziparticipacoes.com.br. IP: 187.102.134.82 (mvx-187-102-134-82.mundivox.com porta: 64968). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL,OU=AC OAB G3,OU=A3,CN=SILVIA CORTES DE LACERDA RIBEIRO. - DATE_ATOM: 2023-10-25T09:55:49-03:00

Hash do documento original

(SHA256):0f7096f5865da1b4ab8214ca18e97b19cc5a4a354fa5b522b805950860a12f7a
(SHA512):fbb80cb33385e973af482954e270f18bb34511023a8abefee7d9d0d96f46e0df7adc724690e7c4f2e6e60c762aa0b0e201dd5704ea695a431e8be9f45f3c787f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign